

SAVANA

INDEPENDÊNCIA ★ INTEGRIDADE



Maputo, 31 de Maio de 2013 • ANO XX • Nº 1012 • Preço: 30,00 Mt • Moçambique

Savana FM 100.2 Mhz • www.savana.co.mz • email:savana@mediacoop.co.mz

ETG
MOÇAMBIQUE

**Comercialização
de cereais**

Cabo Delgado,
Nampula, Niassa,
Zambézia e Sofala

Pemba, Caixa Postal, 260
E-mail: emclipemba@teledata.mz

Fundação Malonda na falência

A morte do *elefante* *económico* do Niassa



Pág. 2

Naíta Ussene

Visão Mundial leva gigante de Nacala ao Tribunal

Grupo Maiaia de novo na berlinda

Pág. 5

GANHE RICOS PRÉMIOS, APOSTANDO NOS PRODUTOS DA SOJOGO.

1.250.000,00 MT. POR APENAS 100,00MT

EXTRACÇÃO SÁBADO ÀS 12.00H NA SOJOGO



Grande oportunidade de negócio
Seja agente autorizado da sojogo
Ganhe comissões aliciantes

Av.Samora Machel Nº11-1ºandar telef. 21301942, 826279207, 823055718

JOKER
LOTARIA
TOTOBOLA
TOTOLOTO
INSTANTÁNEA

Suécia corta financiamento ao gigante de Niassa

Fundação Malonda em falência iminente

Por Suizane Rafael, em Lichinga*

Cansada de irregularidades várias, a ASDI (Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional) decidiu fechar a torneira à Fundação Malonda, uma entidade privada moçambicana sem fins lucrativos e de utilidade pública criada em 2005 como a bandeira para o desenvolvimento da província mais abandonada de Moçambique.

O programa Malonda resulta de um acordo de cooperação entre o governo moçambicano e sueco assinado em 1997 e através da Resolução N° 3 de Conselho de Ministros, de 25 de Janeiro de 2005.

Ao que o SAVANA apurou, na decisão da ASDI pesou o facto de a auditoria levada a cabo pela KPMG em meados deste ano ter detectado “fragilidades e outros riscos”, muito embora, internamente, se pense que a decisão já tinha sido tomada nos finais de 2012, como resultado de duas avaliações executadas pela própria agência sueca.

Não é a primeira vez que o governo sueco corta fundos destinados a Moçambique. Recentemente a Suécia fez saber, através da sua embaixada em Maputo, que não irá aumentar a sua ajuda directa ao Orçamento do Estado moçambicano, devido ao que considerou “falta de progressos e pouca agressividade na luta contra a corrupção no país”

Sem pernas para andar

Com esta medida, a Fundação Malonda ficou sem pernas para andar na sua missão que era de atrair investimento privado para a província do Niassa, numa relação de quase oito anos.

Abordada pelo SAVANA, a embaixadora do Reino da Suécia em Moçambique, Ulla Andrén, confirmou os factos. Apesar dos problemas, assegurou que o seu país não vai parar de apoiar a província do Niassa em vários domínios.

“A auditoria forense concluiu que, apesar de já terem sido feitas algumas melhorias no controlo financeiro interno da Fundação Malonda, ainda há uma série de fragilidades, o que constitui um risco. Em conformidade com o nosso acordo e com base nos resultados da auditoria forense, a ASDI decidiu não continuar a desembolsar fundos para a Fundação Malonda,” observou Ulla Andrén.

Questionada se mesmo com estes problemas a Suécia iria continuar a dar apoio a Fundação Malonda, Ulla Andrén, foi peremptória.

“A ASDI decidiu não continuar a desembolsar fundos para a Fundação Malonda, pois o desenvolvimento da província durante os últimos anos indica que existe a necessidade de reavaliar a abordagem utilizada para apoiar o desenvolvimento do sector privado no Niassa”, frisou.

A Embaixadora sueca diz que a Malonda quebrou os princípios de transparência firmados entre as partes.

Segundo a Ulla, as actividades da Suécia visam reduzir a pobreza no seio das populações e não promover enriquecimento ilícito, pelo que será di-



Projecto Malonda: um elefante à beira da morte

ficil voltar a investir naquele projecto. “Reconheço a importância da Malonda no desenvolvimento da província de Niassa, mas não podemos continuar a investir onde os acordos não são levados a sério, onde os nossos objectivos não serão cumpridos. Esta decisão não foi tomada de ânimo leve. Ela vem de Estocolmo”, disse.

A diplomata confirmou que estará reunida nesta sexta-feira com a direcção da Malonda e o IGEPE, por forma a tratar do futuro daquela organização. Mas precisou que para o retorno do financiamento, o IGEPE deverá colocar uma boa proposta na mesa de negociações para solucionar aquele problema, ou deverá começar a traçar estratégias para busca de outros parceiros financeiros.

Apesar de serem escassas as probabilidades de retorno do financiamento da ASDI, a diplomata frisou que tudo será decidido na mesa de negociações da reunião marcada para esta sexta-feira.

Fundação Malonda

Criada entre 2003-2004 na era de Joaquim Chissano, através de um Decreto do Conselho de Ministros, a Fundação Malonda registou os seus momentos mais altos nos primeiros cinco anos de existência (2005-2010), quando apostou forte na atracção de investimento privado nacional e estrangeiro para o Niassa. O programa de apoio ao sector privado envolveu o desembolso de USD 25 milhões.

Pela mão da Fundação Malonda vieram cinco empresas florestais que actualmente operam na província do Niassa desde 2005, nomeadamente, Chikweti Forests of Niassa (2005), Florestas de Niassa (2006), GreenResources (2007), New Forests (2007), Florestas do Planalto (2009). Por via destas empresas florestais desde 2005 que o número de empregos formais nos distritos de Chimbonila, Lago, Sanga, Majune e Muembe, subiu.

O grosso destes trabalhadores é de zonas rurais onde estão estabelecidas as plantações que recebem acima do estipulado no salário mínimo oficialmente decretado.

São mais de três mil, os moçambicanos que encontraram emprego nas

plantações florestais no Niassa, mas que agora podem reforçar o exército de desempregados. O modelo de desenvolvimento florestal contudo, sempre foi muito contestado, pois as populações removidas dos locais originais, insatisfeitas, têm desencadeado acções sistemáticas de fogo posto nalguns locais de plantio de novas variedades de árvores de aproveitamento comercial.



Ulla Andrén, embaixadora da Suécia em Moçambique

Há também um programa de micro-créditos com o apoio da Fundação Malonda, onde associações locais promovem a caixa de poupança rotativa.

A própria Malonda é accionista destas empresas, onde detém cerca de 20 por cento das acções em cada uma delas.

A Malonda possui uma área de conservação de fauna bravia em Majune, a Montes Mosale onde há operadores a trabalhar. Alguns dos DUAT (Direitos de Uso e Aproveitamento de Terra) com os quais as empresas operam são da Fundação Malonda. Desde 2010, a instituição iniciou com a implementação de um Plano Estratégico orçado em USD 9 milhões com apoio da ASDI, previsto para terminar em Junho deste ano. Grosso modo, a ASDI desembolsou metade do valor orçado. Os resultados deste Plano Estratégico são pouco visíveis. Mas há a assinalar o ressurgimento do complexo agrícola da Matama, onde as empresas AC Matama e a GreenResources cultivam soja.

O rombo financeiro

Ao que o jornal apurou, o rombo fi-

nanceiro na Fundação Malonda foi detectado entre os meses de Setembro e Outubro de 2012. Na altura, a própria ASDI fez a avaliação do cumprimento do programa trienal (2010-2013).

Na altura avançou-se que haviam sido falsificados cheques da instituição por parte de funcionárias ligadas à contabilidade. Em Janeiro deste ano, uma das funcionárias foi detida por ordens da Procuradoria Provincial do Niassa pelo seu alegado envolvimento no desvio de fundos.

Já em Fevereiro deste ano no meio do escândalo, uma auditoria liderada pela KPMG confirmou o buraco financeiro nas contas da Fundação Malonda. Em Março, a funcionária então detida acabou por ser solta porque a peritagem da PIC concluiu que não houve falsificação dos sete cheques. O montante envolvido era USD 32.000,00, dos quais foram recuperados USD 7.000,00.

A queixa junto da Procuradoria foi feita pelo Director Executivo da Malonda, Francisco Pangaya. Os cheques tidos como falsos, são do BCI em Lichinga.

A Fundação Malonda tem um Conselho de Administração (CA), mas o grosso dos membros deste CA vive em Maputo.

Neste CA há nomes ligados ao par-

tido FRELIMO, casos de Lopes Tembe Ndelane, um veterano da luta libertação. Aliás, uma das críticas externas à Malonda é que sempre viveu demasiado “encostada” à Frelimo, privilegiando muito pouco o relacionamento com a sociedade civil e “meios mais independentes”.

O Governo do Niassa, muito deficitário em recursos humanos e fundos, nem sempre viu da melhor maneira a Fundação, uma instituição com um notável músculo financeiro.

Em Lichinga vive o PCA, Augusto Celestino Kuntuela e o Director Executivo, Francisco Pangaya, todos naturais do Niassa.

São accionistas da Fundação Malonda, o Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE) e Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional (ASDI).

Funcionários na rua

Entretanto, os funcionários da instituição têm um futuro incerto. A maioria já recebeu cartas de fim de actividades. Alguns terão indemnizações (os mais antigos) enquanto os novos (que entraram em 2011) não têm nada assegurado.

Praticamente desde Setembro de 2012, altura da descoberta do rombo financeiro na organização, que não há actividades.

Ao que soubemos, com o corte financeiro do seu principal doador, não se sabe qual será o futuro do diverso património que a Fundação Malonda possui.

Fontes ligadas à Fundação, mas que não quiseram ser mencionadas, consideram que a ASDI age com duplicidade, uma vez que há alguns anos foi detectado um rombo de USD 300 mil no Centro Cooperativo Sueco em Lichinga e o seu director, um nacional sueco, foi enviado de volta ao país e os moçambicanos enviados para investigação policial.

A Suécia partilha com a Irlanda o principal apoio bilateral à Província do Niassa, calculando-se que os programas governamentais, só dos suecos, ascendem a mais de USD 100 milhões.

*Com Argunaldo Nhampossa, em Maputo

“Estamos a negociar com a Suécia”

O PCA do Instituto de Gestão das Participações de Estado (IGEPE), Apolinário Panguene, confirma o desfalque verificado na Malonda e, sem avançar com os montantes envolvidos, aponta que a instituição vai funcionar normalmente até finais do mês de Junho, altura em que termina o contrato com a ASDI.



“Daqui em diante não está claro o que será da Malonda, mas estamos a negociar com a Embaixada Sueca para busca de consensos e continuidade do financiamento”, explicou.

Panguene fez notar que caso a ASDI não reconsidere a sua posição, o IGEPE deverá procurar outros parceiros e/ou buscar financiamento via Orçamento de Estado.

**vodacom**

M-Pesa

Compra crédito sem ir à rua

Com o M-Pesa da Vodacom, podes comprar crédito directamente no teu celular para ti e teus familiares. Regista-te num agente M-Pesa da Vodacom e facilita a tua vida.

**m-pesa***tudo bom pra ti*Linha do cliente **84 111****ACTIVA JÁ * 1 1 1 #****www.vm.co.mz**

Para o fim da greve nos hospitais públicos:

Conversações marcam passo

Depois de sinais promissores de aproximação, o governo e os profissionais de saúde voltaram nesta sexta-feira a marcar passos nas discussões para o fim da greve nos hospitais públicos, que nesta sexta-feira cumprem o 12ª dia.

Na reunião desta quinta-feira, as conversações voltaram a marcar passo, devido ao que a Associação Médica (AMM) chamou de falta de capacidade de decisão da equipa mandatada pelo governo, para a mesa negocial.

“O que está a acontecer é o que se pode chamar de falta de seriedade do governo. A cada dia é mandatada uma equipa diferente para as negociações, com pensamentos, ideias e atitudes diferentes. Mas acima de tudo, há problemas de falta de poder de decisão por parte dos mandatados”, disse Emília Selemene, porta-voz da AMM, em entrevista a jornalistas.

A classe médica via no reconhecimento da legitimidade da greve, manifestada esta semana pelo governo, através do porta-voz do Conselho de Ministros, Alberto Nkutumula, como um sinal de uma nova vontade do executivo para encerrar a situação prevalecente.

Aliado àquele reconhecimento público, dizem ter encarado com optimismo o novo espírito e ambiente que caracterizaram o encontro de quarta-feira, que teria criado bases que esperavam consolidar no encontro desta quinta-feira, mas depois da sua realização, não tem dúvidas de que prevalece a falta de vontade em resolver a questão.

“As negociações estão a sofrer algum retrocesso naquilo que eram os avanços que tinham sido dados para as negociações”, realçou a porta-voz da AMM.

Segundo apurámos, desde que as partes iniciaram os contactos, os pontos que constituem o caderno reivindicativo ainda não foram tocados, mas mesmo assim, os profissionais da saúde acreditam ser pos-



Hospitais andam às moscas porque os doentes preferem ficar em casa

sível chegar-se a um acordo para o fim da greve “a qualquer momento, desde que haja vontade política do governo”.

Misteriosa detenção de Arroz

No passado domingo, Jorge Arroz foi detido cerca das 18h40 nas instalações da AMM, na cidade de Maputo, e conduzido à 6ª Esquadra PRM, onde esteve preso durante cerca de quatro horas acusado de crime de sedição. A detenção do líder dos grevistas levantou uma onda de protestos e várias pessoas reuniram-se no exterior da esquadra e só saíram de lá quando Arroz foi restituído à liberdade.

Na noite de domingo, vários profissionais de saúde que se encontravam a trabalhar nos hospitais com destaque para o HCM paralisaram as suas actividades em protesto contra a detenção de Arroz.

Alice Mabota, Presidente da Liga Moçambicana dos Direitos Humanos, cuja instituição está a prestar apoio jurídico aos médicos em greve desde a primeira greve, chegou à 6ª Esquadra, momentos após a detenção.

Abriu caminho entre a multidão, polícias e medias que lotavam o interior da esquadra e dirigiu-se ao oficial primeiro para saber a situação e exigiu falar com o Comandante ao mesmo tempo que de telemóvel em punho fazia contactos para a libertação de Arroz. O bastonário da Ordem dos Advogados, Tomás Timbane, também se fez ao local. Carlos Jeque, advogado e analista político, também se fez ao local.

Às 21h30, a Procuradoria já havia sido contactada e estava a analisar o processo de detenção. A tensão estava ao rubro na rotunda dos cruzamentos das avenidas Marien Ngouabi e Guerra Popular e só baixou quando Arroz foi libertado por volta das 22h40.

Relativamente à detenção de Jorge Arroz, Tomás Timbane refere que a mesma ocorreu debaixo de inúmeras ilegalidades, nomeadamente, porque os factos imputados àquele não preenchem o tipo legal de crime de sedição, previsto e punido pelo artigo 179º do Código Penal e pelo facto do artigo 213º, conjugado com o artigo 305º, ambos do Código de

Processo Penal, referir expressamente que “ninguém pode ser preso por crime que admita a liberdade provisória mediante caução”, como é o caso presente.

“A Ordem dos Advogados de Moçambique, no cumprimento das suas atribuições estatutárias, designadamente, a prevista na alínea a) do artigo 4º do seu Estatuto e, em defesa do Estado de Direito Democrático e dos Direitos e Liberdades Fundamentais, condena veementemente o despropositado aparato mediático que antecedeu a detenção do Dr. Jorge Arroz, bem como os motivos relacionados à referida detenção”, sublinha a Ordem dos Advogados.

Vários segmentos da sociedade civil conderam a detenção, sublinhando que a mesma não contribui para o fim da crise.



Emília Selemene, porta-voz da AMM

MISAU exonera director distrital e médica-Chefe de Ribáuè

O MISAU exonou nesta terça-feira o director do Hospital Rural de Ribáuè e a médica-chefe daquele distrito, devido à sua adesão à greve que os profissionais de saúde estão a levar a cabo pela segunda semana consecutiva.

Segundo informações em nosso poder, as exonerações foram comunicadas na manhã desta segunda-feira, após uma reunião entre os dois visados, com o director provincial da saúde, Armindo Jone e o Assessor do Ministro da Saúde, Idelfonso Muanantata.

“Eles chegaram e procuraram saber sobre o nosso posicionamento face à greve. Eu disse que, quer eu, quer a médica-chefe tínhamos aderido porque, antes de sermos dirigentes, somos acima de tudo médicos e julgamos que a causa é justa” disse o Niko Jone, o director ora exonerado, em contacto telefónico com o mediaFAX.

Teve lugar entre as 9:00 e 10 horas da manhã, um intervalo suficiente para que os dois médicos recebessem comunicações verbais para cessarem as suas funções e abandonarem, de imediato, as casas que ocupavam, uma vez que lhes foram alocadas na qualidade de director e médica chefe.

“Fui dito para lavar uma carta colocando o meu cargo (de director não podia fazê-lo em tempo da greve e mesmo assim, comunicaram-me que já não era mais director e que deveria abandonar a casa para onde eu quisesse”, contou Jone.

Segundo apurámos, a delegação do MISAU alegou que, na qualidade de director distrital e médica chefe, cargos que ao nível daquele ministério são também de confiança política, não deveriam aderir à manifestação da classe médica. O MISAU nomeou ainda ontem uma nova figura, cujo nome não conseguimos apurar, para substituir Niko Jone, não havendo qualquer indicação para o cargo de médica-chefe.



Detenção de Arroz levantou uma onda de protestos e várias pessoas reuniram-se no exterior da esquadra e só saíram de lá quando o médico foi restituído à liberdade

Visão Mundial leva grupo Maiaia ao Tribunal

Por Raul Senda e Emídio Beúla

O SAVANA publicou há dias uma reportagem sobre as avultadas dívidas que o grupo Maiaia tem com a banca nacional, incluindo o confisco do património do grupo por alguns bancos como forma de reaver os créditos. Uma semana depois, um dos proprietários do Maiaia contactou o jornal para informar que o grupo já havia chegado a um entendimento com todos os bancos e que as dívidas estavam a ser liquidadas.

A Visão Mundial, uma organização não governamental de natureza religiosa que opera em Moçambique há mais de 25 anos, procurou o SAVANA para informar que também foi vítima do Grupo Maiaia, a quem acusa de ter burlado mais de USD 5.7 milhões.

Documentos da organização em posse do jornal referem que os proprietários do Maiaia chegaram a passar cheques de garantia cujas contas tinham sido encerradas há anos. Esgotados todos os mecanismos amigáveis e extra-judiciais de resolução do diferendo, a Visão Mundial decidiu levar o caso ao

Tribunal com o objectivo único de reaver o valor em causa.

Dos factos

Há 20 anos que teve início em Moçambique um programa (Comida para paz) de comercialização de trigo e óleo vegetal, financiado pela USAID (Agência Norte-americana de Desenvolvimento Internacional). O objectivo do programa é angariar fundos a partir de receitas da venda daqueles produtos para projectos de desenvolvimento no país. A Visão Mundial, a ADRA, FH e SCiMoz integram o consórcio de quatro organizações não governamentais que implementam o programa. Anualmente, o programa abastece aproximadamente 40 toneladas métricas de trigo ao mercado nacional, suprimindo em cerca de 8% as necessidades internas de consumo deste cereal.

O Maiaia, um importante grupo industrial e comercial sediado em Nacala-Porto, Nampula, entra no programa como um dos clientes seleccionados por concurso público para proceder com a venda de trigo às moageiras nacionais. Foi assim que na mais recente transacção,

havia em Abril de 2012, o grupo Maiaia, como um dos clientes seleccionados, recebeu do consórcio 20 mil toneladas de trigo.

Pelo contrato assinado pelas partes, o grupo devia pagar cerca de USD 7 milhões, 90 dias após a entrega do produto pelo consórcio de organizações não governamentais. Ou seja, o valor devia ser liquidado até Julho de 2012.

Sucedo porém que o Maiaia, segundo dados da Visão Mundial, pagou apenas 25% do valor (USD 7 milhões) e de lá a esta parte nunca mais se dignou a libertar o valor remanescente de USD 5.7 milhões, equivalente a 75% do total da transacção e da taxa de juro.

As quatro ONGs aplicam os fundos provenientes da venda de trigo em projectos sociais que beneficiam milhares de pessoas em Zambézia, Nampula e Cabo Delgado.

Falsas garantias

Nenhuma ONG confirma nem desmente, mas o SAVANA sabe que o grupo Maiaia passou dois cheques sem cobertura ao consórcio como sinal de garantia.

“Numa fase inicial, os cheques fo-

ram entregues apenas como instrumentos de garantia de que o valor em causa seria liquidado. No entanto, depois de várias diligências feitas sem sucesso com vista a pressionar o grupo Maiaia a saldar as suas contas, as organizações levaram os cheques de garantia aos bancos a fim de reaver o valor. Foi quando descobriu-se que as duas contas estavam encerradas há mais de um ano”, contou um colaborador sénior da Visão Mundial no anonimato.

Foi uma situação que deixou as organizações numa situação de insegurança, facto que as obrigou a contactar novamente o grupo Maiaia para, de forma amigável, honrar o compromisso. Debalde.

“Em algum momento o grupo Maiaia entregou dois imóveis à nossa organização, mas o negócio não foi viabilizado porque o valor do património em causa não ia para além de USD 600 mil”, diz a fonte do jornal.

Burla deixa milhares de crianças sem assistência

A Visão Mundial lamenta que a não observância do acordo assi-

nado por parte do grupo Maiaia coloca em causa a assistência multiforme a cerca de 1.200 mil moçambicanos, canalizada através de intervenções feitas pelas organizações supramencionadas nas províncias de Nampula, Zambézia e Cabo Delgado.

“O inesperado défice orçamental provocado pela dívida do grupo Maiaia ao programa de comercialização de trigo coloca em risco meio milhão de trabalhadores nacionais que poderão perder os seus empregos devido ao encerramento prematuro de projectos a que estão ligados”, lamenta a organização.

Todas as tentativas de resolver o litígio de forma amigável redundaram no fracasso, incluindo a intervenção de entidades governamentais junto ao grupo a pedido dos lesados. O consórcio optou por levar o caso às instâncias competentes, nomeadamente tribunal.

Contactado pelo SAVANA para apresentar a sua reacção face às acusações que pesam sobre o grupo, Nuro lamin Gulam, gestor do Maiaia, limitou-se a dizer que o diferendo com a Visão Mundial estava resolvido.

Malditos tinteiros

-MDM fala de sabotagem, STAE garante que as dificuldades estão a passar para a história

Constantino André, na Beira*

Os primeiros dias de recenseamento eleitoral nos 43 municípios que vão a eleições em Novembro estão a ser uma autêntica dor de cabeça, com problemas de avarias do equipamento informático, falta de toner para impressão e incompetência dos brigadistas, situação que está a concorrer para longas filas e a provocar um certo nervosismo nos potenciais eleitores.

Em praticamente todas as 43 autarquias o denominador é comum: falta de toner ou a tinta é incompatível com a máquina impressora.

Segundo o Boletim sobre o processo político em Moçambique, nesta quarta-feira, em Nampula mais da metade dos postos de recenseamento não foram abertos.

Ao nível da cidade de Nampula quase em todos os postos de recenseamento eleitoral as máquinas estavam avariadas ou não havia toner para impressão dos cartões. Cenário idêntico repete-se um pouco por todo o país.

No município da Beira, bastião da oposição, o cenário é um autêntico caos. No terceiro dia do processo de recenseamento em várias escolas (postos de recenseamentos da Beira) as máquinas não funcionavam e em alguns postos não havia toner para a impressão do cartão de eleitor.

O equipamento informático para o recenseamento eleitoral foi fornecido pela Artes Gráfica, uma empresa pertencente à poderosa família Sidat, donos do Grupo Académica.

A dificuldade na utilização do equi-

pamento está a provocar enches nos postos de recenseamento e alguns eleitores dizem que chegam a esperar várias horas para obter um cartão. A cidade da Beira possui 57 postos de recenseamento fixos e dois móveis.

Bairros populosos

Os Bairros da Munhava, Macuti, Macurungo, Vaz e Manga, arredores da cidade da Beira, são os que mais avarias apresentam, o que leva alguns políticos a interpretarem o fenómeno como uma acção propositada do STAE para afastar os eleitores das urnas. Beira está a ser gerida pela oposição desde as eleições de 2003 e é um município que a Frelimo quer reaver a qualquer custo.

Mas Celso Chimoio, director do STAE em Sofala, nega a tese de sabotagem.

“Todo o equipamento pode apresentar falhas de fabrico e esses defeitos são normais em quase todas as áreas”, frisou Chimoio.

Chimoio garante que a falta de toner nos postos foi ultrapassada com a substituição da tinta preto e branco com a vermelha. Contudo, admitiu que há casos isolados de avarias de máquinas, situação que, segundo ele, está a passar para a história.

De acordo com Chimoio, tudo será feito no sentido de a votação ocorrer no dia 20 de Novembro próximo.

No entanto, brigadistas que falaram ao SAVANA na condição de não serem identificados, foram unânimes em atribuir as enches nos centros de registos ao deficiente funcionamento das máquinas, falta de aces-

sórios, não domínio do equipamento conjugado com pouco tempo de formação e desconhecimento da informática.

Na sequência da morosidade nos centros de recenseamento, alguns futuros eleitores ameaçam abandonar o processo.

Joaquim Júlio, residente no bairro da Munhava, disse ao jornal que o seu negócio está a registar quebras, porque, por dois dias, não trabalhou na tentativa de se recensear.

A posição de Júlio foi assumida por Marta Mugadue, também residente em Munhava, um populoso bairro que tradicionalmente vota na oposição.

“Caso não me recenseie hoje (esta terça-feira) vou abandonar e me dedicar ao meu ganha pão”, prometeu. João Alberto, estudante da escola pré-universitária Samora Machel, já perdeu cinco aulas, na tentativa de se recensear no bairro de Macuti.

Segundo ele, tudo fará para ter o cartão do eleitor por temer que lhe seja exigido na escola onde está a concluir a 12ª classe.

Políticos responsabilizam o STAE

O Movimento Democrático de Moçambique (MDM) através do seu porta voz, Sande Carmona, faz um balanço negativo dos quatro dias de recenseamento eleitoral em todo o país. Carmona nota que o processo está a ser minado por várias irregularidades, com máquinas a apresentarem avarias constantes e outras que nunca funcionaram.

Para o MDM, o STAE não está pre-

parado para organizar o processo e questiona a forma como foram adquiridas as máquinas, quem os forneceu e qual foi o critério usado para a compra das mesmas.

Depois de visitar vários postos de recenseamento, o deputado do MDM

na AR, Geraldo de Carvalho, diz não entender a explicação dos supervisores que afirmaram que as máquinas não reconhecem o B.I Vitalício, o que está a transtornar os eleitores de maior idade.

Aquele parlamentar acusou alguns supervisores de estarem a agir sob orientação política.

STAE apela à calma

O director-geral do STAE, Felisberto Naife, tem uma explicação para o problema ao mesmo tempo que apela à calma. Afirma que os constrangimentos que se verificam no processo do recenseamento são originados pelo facto de não ter havido tempo suficiente para testar os equipamentos.

Em conferência de imprensa na manhã desta quinta-feira, Naife explicou que o STAE precisava de pelo menos seis meses para testar e ensaiar o equipamento com vista a conhecer as complexidades e eficácias do sistema informático.

Tal situação não foi possível, segundo Naife, devido à demora verificada na aprovação da lei eleitoral. É que a resolução que determina a realização do recenseamento eleitoral de raiz em todas as autarquias locais, entre os dias 25 de Maio e 23 de Julho do ano corrente, só foi aprovada a 26 de Fevereiro corrente durante a 4ª Sessão do Conselho de Ministros. Este período, no dizer de Naife, é muito curto para a preparação eficaz do processo de recenseamento eleitoral.

Para minimizar o problema, o STAE viu-se obrigado fazer uma aquisição de novo equipamento. A maioria dos toners até agora alugados ao STAE não são compatíveis com parte de algumas das 800 máquinas impressoras que fazem parte do primeiro lote do material trazido da África do Sul para suportar este processo. Com efeito, Felisberto Naife anunciou que a instituição foi buscar mais 750 máquinas impressoras compatíveis com o tipo de toner anteriormente adquirido.

*Com Redacção

Com financiamento chinês:

Governo instala complexo agro-industrial no regadio de Chókwè

Por Emídio Beúla

A partir de 2015, produtores que exploram o regadio de Chókwè vão contar com um complexo agro-industrial com capacidade de armazenamento de 800 toneladas de hortícolas e de processamento de 20 toneladas de arroz por ano. O complexo em construção inclui ainda uma linha de processamento de tomate e outra de descasque de castanha de caju, o que vai dinamizar a produção em Chókwè, distrito a sul de Gaza que em tempos foi considerado o celeiro da nação.

O empreendimento resulta de uma parceria entre os Governos de Moçambique e da China, no âmbito da cooperação bilateral. Através do Exim Bank (banco estatal de exportação e de importação), o Governo chinês financia as obras em USD 60 milhões, um crédito comercial reembolsável a uma taxa de juro de cinco por cento. O Estado moçambicano participa no projecto através do IGEPE (Instituto de Gestão das Participações do Estado).

Na última sexta-feira, as partes procederam ao lançamento da primeira pedra de construção do complexo, a cargo da BUCG (Beijing Urban Construction Group, Lda). Trata-se do quarto complexo agro-industrial a ser construído pela empresa chinesa no país, depois das unidades instaladas nas províncias de Tete, Zambézia e Manica. No currículo da BUCG, fundada há 30 anos, destaque vai para o Estádio Nacional de Beijing, mais conhecido por Ninho de Pássaro, palco dos jogos olímpicos de 2008.

O representante da BUCG, Chen Daihua, prometeu que a empresa irá cumprir os prazos acordados (cerca de dois anos), e vai entregar o complexo agro-comercial com a qualidade exigida. Para facilitar a comunicação entre os trabalhadores chineses e

moçambicanos (cerca de 200), Chen Daihua disse que a empresa organizou os chineses em grupos de estudos para aprenderem a língua portuguesa em tempos livres.

Resposta oportuna aos produtores

Falando na cerimónia de lançamento da primeira pedra, ele foi ovacionado pela população quando lembrou que



Apolinário Panguene, PCA do IGEPE

foi a BUCG que ajudou o governo local a transportar água potável, limpar a cidade e nivelar as estradas quando Chókwè refazia-se das cheias de Janeiro último.

Intervindo na cerimónia, o governador de Gaza classificou o complexo agro-industrial como uma "resposta oportuna" a um dos principais problemas com que se debatem os produtores do regadio de Chókwè: a falta de unidades de conservação de hortícolas e de processamento de cereais. "No momento de pico de produção, há perdas de grandes quantidades de produtos devido à falta de espaço de conservação, o que desmotiva os produtores", disse Raimundo Diomba.

Por sua vez, o PCA do IGEPE, Apolinário Panguene, sublinhou que o empreendimento em construção vai estimular a produção de hortícolas e cereais, promover o fomento agrícola e melhorar a qualidade de vida dos agricultores de Chókwè. Panguene coloca como desafios a serem ultrapassados a própria construção do complexo, a adaptação da experiência chinesa à realidade moçambicana, a gestão e o treinamento do pessoal moçambicano a ser envolvido no processo.

Em declarações ao SAVANA, o ministro da Agricultura, José Pacheco, disse que todos os complexos agro-industriais construídos no país estão a funcionar, negando dessa forma que a unidade de Ulóguè, em Angónia,



Ministro José Pacheco no lançamento da primeira pedra do parque industrial do regadio de Chókwè

continua inoperacional desde a sua construção. "Em Ulóguè tivemos pequenos problemas na identificação da empresa que iria fazer a gestão do

complexo. Já identificamos o Instituto de Cereais de Moçambique que já fez as parcerias", explicou, acrescentando que a unidade de Guro, em

Manica, processou ano passado cerca de oito mil toneladas de algodão ca-roço.

PCA da mediacoop recebe Renamo

O PCA da mediacoop SA, Fernando Lima, recebeu na manhã desta terça-feira nas instalações da empresa uma delegação da Renamo liderada pelo deputado Saimone Macuiana.

O encontro, solicitado pela Renamo por instruções do Presidente Afonso Dhlakama, visava abordar os pontos em discussão com o governo, nomeadamente a lei eleitoral, a marginalização dos elementos da Renamo nas Forças Armadas, a partidarização do Aparelho de Estado e a participação dos moçambicanos na economia do país.

Para além de Macuiana que lidera a delegação da Renamo às conversações com o governo, participa-

ram também no encontro os deputados Jeremias Pondeca e Elisa Cipriano.

A deslocação à mediacoop SA insere-se num conjunto de iniciativas desencadeadas por Afonso Dhlakama para contactos com personali-

dades, organismos da sociedade civil e missões diplomáticas para explicar o posicionamento da Renamo sobre os pontos em debate com o governo de Moçambique.

(Redacção)



Chen Daihua

Aluga-se

Para aluguer imediato, duplex T3 na Av. 24 de Julho, próximo do Mimo's, bairro da Polana. Contacto: 861523510

CENTRO AUDITIVO

Correcção Auditiva e Acústica Médica

Vertigens e Zumbidos

As crises de vertigens repentinas podem estar associadas a zumbidos nos ouvidos e surdez progressiva, afectando o Ouvido Interno. Pessoas com este problema deveriam procurar um clínico especializado como tratar deste problema com **aparelhos auditivos**. Av. Mao Tsé Tung n.º 533 na Opticlínica entre o Consulado Português e o Standard Bank. Tel/Cel: 82 630 9812

Semana do Meio Ambiente

Visite a exposição sobre a Flora e a Fauna de Moatize



Alusivo ao 5 de Junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, a Vale apresenta uma exposição de fotografia sobre a Flora e a Fauna de Moatize na província de Tete, editadas em livro.

De 5 a 7 de Junho, das 10h às 18h30
Associação Moçambicana de Fotografia
Av. Julius Nyerere 618, em frente ao Hotel Avenida - Maputo

Visite a exposição e concorra a um exemplar dos livros sobre a Fauna e Flora de Moatize.
ENTRADAS LIVRES

www.vale.com



MILLENNIUM
IZI
***181#**

21 35 00 35
 83 35 00 350
 44 35 00 350
 88 35 00 350

www.millenniumbim.co.mz

MAIS BANCO PARA TODOS

Agora, com o Millennium IZI, já pode ter o seu Banco a qualquer hora e em qualquer lugar. O Millennium IZI é um novo serviço de acesso ao Banco, em que através do seu celular pode consultar o saldo da conta, recarregar o celular, pagar serviços (água, luz, etc.), fazer transferências e muito mais. Basta marcar *181# seguido do seu PIN e já está.

É mesmo IZI. Simples, fácil, com total comodidade e segurança.

Millennium
bim



MILLENNIUM CHALLENGE ACCOUNT-MOÇAMBIQUE

CONSULTORIA PARA UMA AVALIAÇÃO RELATIVA Á INTEGRAÇÃO DO GÊNERO NAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS PROJECTOS DO MCA (COMPACTO)

CONSULTOR INDIVIDUAL

REF No: IC-MCA-MOZ-CONS-04/PA/13-319B

DATA DE LANÇAMENTO: 24 de Maio de 2013

DATA DE FECHO: 3 Junho de 2013 – 15H00 (hora local)

1. O Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD), representando o Governo de Moçambique, e o Millennium Challenge Corporation, representando o Governo dos Estados Unidos da América, assinou um Acordo de Financiamento (Compacto) com vista à redução da pobreza através do crescimento económico em distritos e municípios seleccionados no Norte de Moçambique.
2. O objectivo deste Programa é reduzir a pobreza através do crescimento económico nas províncias de Zambézia, Nampula, Cabo Delgado e Niassa com enfoque em investimentos relacionados com infra-estruturas, reforma de políticas, capacitação e fortalecimento institucional. O Programa contempla quatro projectos: (i) Projecto de Abastecimento de Água e Saneamento; (ii) Projecto de Estradas; (iii) Projecto de Posse Segura de Terra e o (iv) Projecto de Apoio à Renda do Agricultor.
3. **Para a implementação do programa, o Millennium Challenge Account-Moçambique (MCA-Moçambique) solicita candidaturas de Consultores Individuais para uma Avaliação Relativa á Integração do Género nas Actividades Desenvolvidas nos Projectos do MCA (Compacto). O Consultor Individual vai trabalhar em estreita colaboração com o pessoal do MCA-Moçambique e unidades de apoio. A área geográfica abrange todas as áreas de ac-**
- ção dos projectos do MCA - Compacto.**
4. O Consultor será seleccionado com base no método “IC” (Seleção de Consultores Individuais). Os procedimentos de avaliação estão descritos na Solicitação de Qualificações de Consultores (RFQ) de acordo com as “Normas de Procurement do MCC” que estão disponíveis no sítio do MCC www.mcc.gov e no sítio do MCA www.mca.gov.mz.
5. Poderá contactar o Agente de Procurement pelo endereço electrónico: general@mca-mozambiquepa.com ou mvieira@mca-mozambiquepa.com para solicitar uma cópia electrónica dos Termos de Referência (ToR).
6. As propostas submetidas pelos Consultores deverão ostentar a referência REF No: IC-MCA-MOZ-CONS-04/PA/13-319B - Consultoria para uma Avaliação Relativa á Integração do Género nas Actividades Desenvolvidas nos Projectos do MCA (Compacto) e deverão ser submetidas até às 15H00 (hora local) do dia 3 de Junho de 2013, no seguinte endereço:

MCA-Moçambique Procurement Agent
Av. Zedequias Manganhela, 267
Edifício JAT IV, 5º Andar
Maputo, Moçambique
Tel: +258-21-305-577; Fax: +258 – 21-311-160
Email: general@mca-mozambiquepa.com



MILLENNIUM CHALLENGE ACCOUNT-MOÇAMBIQUE

Consultancy to Conduct an Evaluation of Gender Integration Activities Implemented under the Compact

Individual Consultant

REF No: IC-MCA-MOZ-CONS-04/PA/13-319B

DATE OF ISSUE: May 24, 2013

CLOSING DATE: June 3, 2013– 15:00 (local time)

1. The Millennium Challenge Corporation, on behalf of the United States Government, and the Ministry of Planning and Development (MPD) on behalf of the Government of Mozambique have entered into a Millennium Challenge Compact for Millennium Challenge Account agreement (the “Compact”) to help facilitate poverty reduction through economic growth in selected districts and municipalities in Northern Mozambique.
2. The objective of the proposed Program is to reduce poverty through economic growth in four provinces of Mozambique (Niassa, Cabo Delgado, Nampula, and Zambézia) by focusing on certain investments in physical assets, policy reform, capacity building and institutional strengthening. The Program contains four projects including the Water Supply and Sanitation Project (WSS), the Roads Project, the Land Tenure Services Project, and the Farmer Income Support Project.,
3. **For the implementation of the program, the MCA-Moçambique is soliciting applications from Individual Consultants to Conduct an Evaluation of Gender Integration Activities Implemented under the Compact. The Consultant will work in close collaboration with MCA-Moçambique Staff and support units. The geographical area covers all areas of operation of the MCA (Compact) projects.**
4. The Consultant will be selected under the Individual Consultant (IC) method evaluation procedure for which is described in sections of the Request For Consultants Qualifications (RFQ) in accordance with “MCC Program Procurement Guidelines” which are provided on the MCC website: www.mcc.gov and on MCA website: www.mca.gov.mz.
5. Please contact general@mca-mozambiquepa.com or mvieira@mca-mozambiquepa.com to request an electronic copy of the Terms of Reference (ToR).
6. Consultant submissions shall make reference to REF No.: **IC-MCA-MOZ-CONS-04/PA/13-319B– Consultancy to Conduct an Evaluation of Gender Integration Activities Implemented under the Compact**, and must be submitted no later than 15:00 (local time) on June 3, 2013 at the following address:

MCA-Moçambique Procurement Agent
Av. Zedequias Manganhela, 267
Edifício JAT IV, 5th Floor
Maputo, Mozambique
Tel: +258-21-305-577; Fax: +258 – 21-311-160
Email: general@mca-mozambiquepa.com
or mvieira@mca-mozambiquepa.com

Governo e Renamo acordam prazos

-Maior partido da oposição leva quatro pontos para a mesa das negociações

Por Argunaldo Nhampossa

O Governo e Renamo aprovaram e adoptaram o “acordo de princípio” que deverá guiar as negociações entre as partes. O documento que foi proposto pela Renamo, estabelece um horizonte temporal de trinta dias para as duas partes dialogarem e colocarem ponto final às negociações sobre a situação política do país. Deste modo, na próxima segunda-feira as partes iniciam o debate em torno do primeiro ponto da agenda, que versa sobre questões eleitorais.

Ao que o SAVANA apurou, são quatro os pontos que a Renamo leva à mesa das negociações, nomeadamente, a lei eleitoral, a marginalização dos elementos da Renamo nas Forças Armadas, a participação dos moçambicanos na economia do país e a partidização do Aparelho de Estado.

As delegações do Governo e da Renamo decidiram contornar os pontos prévios que condicionavam o avanço no diálogo e rumar para o debate dos pontos que estiveram na origem das negociações, a partir da próxima semana.

No decurso da quarta ronda, havida esta segunda-feira (27), as duas partes aprovaram e adoptaram “o acordo de princípio”, um documento que deverá servir como instrumento orientador dos encontros. O documento, que foi proposto semana passada pela delegação do maior partido da oposição no país, estabelece que os encontros deverão realizar - se uma vez por semana, num horizonte temporal de trinta dias para que as partes busquem consensos.

Mais ainda, aponta a necessidade da produção de actas no final de cada encontro, com as respectivas assinaturas dos chefes das delegações.

Segundo José Pacheco, chefe da missão governamental, a partir da próxima segunda-feira, as duas equipas começam a debater questões eleitorais que são de capital importância para o país. Frisou que o governo vai analisar as propostas da Renamo sobre este ponto e se for necessário remeterá à Assembleia da República para devida apreciação. Nesta terça-feira, a Co-

missão Permanente convocou para Agosto uma sessão extraordinária da Assembleia da República alegadamente para apreciar matérias remanescentes “urgentes” da recém terminada plenária. Mas o SAVANA sabe que algumas mexidas no pacote eleitoral resultantes das negociações em curso com a Renamo poderão ter lugar na sessão de Agosto. Outra das saídas em negociação é a entrada de elementos ligados à Renamo no Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), com destaque para a indicação de um director adjunto ligado à perdiz.

Acordo de Paz

Diferentemente de Pacheco que refere que o Acordo Geral de Paz (AGP) já prescreveu e não pode ser levantado no presente debate, o líder da delegação da Perdiz, o deputado Saimone Macuiane, entende que todo o trabalho que está a ser feito entre as partes tem como alicerce o AGP, porque o mesmo permitiu que houvesse democracia no país e não pode ser relegado para o

plano secundário.

Macuiane apontou também que a aprovação dos termos de referência para a realização do encontro foi um grande passo rumo à busca de consensos entre as partes.

“O documento coloca a necessidade de que cada delegação deverá fazer tudo que estiver ao seu alcance de modo a encontrar soluções nos pontos levantados, adoptar um espírito de colaboração e consulta para a busca de resultados positivos”, disse.

Para o deputado da Renamo, os trinta dias constituem apenas um indicativo temporal para se dialogar e dependendo dos resultados, pode-se prorrogar os dias ou terminar antes do referido prazo.

FIR

Abordando a questão do ataque da Força de Intervenção Rápida (FIR), aos guardas de Afonso Dhlakama em Satunjira, no último fim-de-semana, facto que resultou em 17 feridos da FIR, Macuiane entende que o governo “ não deve viver a pedir desculpas pelas

constantes perdas de vidas envolvendo homens da FIR em situações como aquelas”,.

Segundo o chefe da equipa da Renamo, o governo tem a missão de proteger vidas de moçambicanos e não despedirá-las daquele jeito.

A FIR deverá continuar em Satunjira

Para o Ministro de agricultura e chefe da equipa do executivo, aquelas forças estão para defender bens públicos e privados e garantir a ordem e tranquilidade dos moçambicanos, pelo que deverão continuar em Satunjira para responderem questões operativas.

“Nós somos contra a violência, vítimas humanas e criminalidade, mas a FIR deverá continuar lá”, frisou Pacheco.

Fez notar que aquele incidente foi uma situação irregular e será explicado em momento oportuno, depois de ser analisado e avaliado. Para Pacheco, caso haja matéria criminal haverá devido tratamento e os culpados serão devidamente responsabilizados.



VAGA PARA DIRECTOR (A) DO PROGRAMA TEMÁTICO DE CIDADANIA

Director (a) do programa Temático (DPT) - Maputo:

A IBIS, Organização não-governamental Dinamarquesa a operar em Moçambique, pretende recrutar um (a) Director (a) para o Programa Temático Cidadania para a Mudança – PROCIMU, baseado em Maputo. O Programa de Cidadania para Mudança da IBIS vai iniciar a sua implementação no mês de Julho de 2013 e vai decorrer até 2018 a nível nacional, com enfoque de actividades nas províncias da Zambézia, Nampula, Cabo Delgado e Maputo, entre outras. Durante os primeiros 6 meses do programa, o Director estará baseado em Quelimane na província da Zambézia, onde a IBIS tem escritórios para assegurar uma efectiva fase inicial do programa.

Responsabilidades gerais

Liderar, coordenar e assegurar uma implementação eficiente e eficaz do programa temático de Cidadania de forma dinâmica e proactiva. Procuramos uma pessoa comprometida, com experiência e iniciativa, para ser membro chave da equipa da IBIS em Moçambique. O DPT faz parte da equipa de Gestão dos programas da IBIS e deve traçar estratégias para a implementação e desenvolvimento do Programa de Cidadania.

O DPT representa a IBIS na relação e colaboração com o Governo, Parceiros, e Sociedade Civil, agindo como um catalisador para uma cooperação benéfica e de aprendizagem mútua. Também se espera do DPT que tome iniciativas concretas e identifique oportunidades para o programa expandir em função de determinantes contextuais. O DPT é responsável pela supervisão da equipa do programa no que concerne a implementação do programa bem como à implementação de uma estratégia de advocacia nos níveis local, nacional e internacional.

Qualificações/Requisitos necessários:

- Formação superior na área de Administração Pública, Ciência Política ou outra área relevante em Ciências Sociais;
- No mínimo 5 Anos de experiência na área de gestão e coordenação de programas de desenvolvimento;
- Experiência e conhecimentos na área de Cidadania, Boa governação e

sociedade civil em Moçambique;

- Conhecimentos sobre gestão de parcerias e condução de processos de advocacia;
- Facilidade de enquadramento numa equipa de trabalho;
- Boa capacidade de comunicação e alto sentido de responsabilidade;
- Falar e escrever fluentemente a língua portuguesa e ter um bom nível de comunicação na língua Inglesa;
- Experiência de trabalho com ONGs, sobretudo num posto de Gestão de recursos humanos e financeiros;
- Capacidade de liderança;
- Nacionalidade Moçambicana.

Oferece-se:

- Salário competitivo, compatível com a função;
- Décimo terceiro vencimento;
- Assistência médica e medicamentosa de acordo com a política em vigor na organização;
- Bom ambiente de trabalho.

As candidaturas deverão ser enviadas para os escritórios da IBIS em Maputo, sito na Rua Fernão Melo e Castro nº 124 ou pelo email luzete@ibis.org.mz. Os termos de referência para esta vaga poderão ser encontrados no escritório da IBIS, ou pelo site: www.ibis.org.mz.

A candidatura deverá ser composta por um CV, acompanhado por uma carta de manifestação de interesse onde o candidato explica de forma concisa o porquê de estar interessado no posto, e quais são na sua opinião os dois desafios principais que um programa de cidadania em Moçambique deve abordar. Também, deverá ser acompanhado por certificados de habilitações literárias bem como duas referências com contacto.

Data limite para submissão de candidaturas: **28 de Junho de 2013**

Apenas os candidatos seleccionados serão convidados para as entrevistas.

SEMANA DStv



OS JOGOS DA FOME

Num futuro onde o Capitólio escolhe um rapaz e uma rapariga dos 12 distritos para lutarem até à morte nos Jogos da Fome, uma jovem terá de confiar no seu instinto...

DIA 5 DE JUNHO, 23:55, TVC1

A PROGRAMAÇÃO

SÁBADO	DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
TVC2 16:55 New York, New York 19:40 Filhos do Tibete 21:15 O Mistério da Estrada de Sintra 23:00 O Substituto	TV RECORD 20:30 Programa do Gugu 00:30 Domingo Espetacular SS1 MÁXIMO 12:00 MotoGP da Itália: Corrida: Moto2 13:45 MotoGP da Itália: Corrida: MotoGP TVC1 16:50 Sem Tempo 18:40 Battleship: Batalha Naval	GLOBO 19:55 Malhação 20:25 Flor do Caribe 21:15 Sangue Bom 22:10 Amor à Vida TV RECORD 21:00 Prova de Amor 22:00 Dona Xepa 23:00 Legendários FOX MOVIES 19:26 Agarrado a Ti 21:21 Mulheres de Armas	GLOBO 19:55 Malhação 20:25 Flor do Caribe 21:15 Sangue Bom 22:10 Amor à Vida TV RECORD 21:00 Prova de Amor 22:00 Dona Xepa 23:00 Câmara Record TVC4 18:40 Anjo da Morte 20:10 Gangs do Bairro 13	GLOBO 19:55 Malhação 20:25 Flor do Caribe 21:15 Sangue Bom 22:10 Amor à Vida TV RECORD 21:00 Prova de Amor 22:00 Dona Xepa 23:00 José do Egito MTV 22:05 Geordie Shore 22:50 MTV Amplifica	GLOBO 19:55 Malhação 20:25 Flor do Caribe 21:15 Sangue Bom 22:10 Amor à Vida FOX 21:25 Os Simpson 21:50 Foi Assim Que Aconteceu 22:20 Casos Arquivados FOX FX 19:40 Bob's Burgers 20:00 Wipeout	GLOBO 19:55 Malhação 20:25 Flor do Caribe 21:15 Sangue Bom 22:10 Amor à Vida FOX LIFE 20:43 Bunheads 20:30 Masterchef USA 22:17 O Sexo e a Cidade FOOD NETWORK 18:05 Unique Sweets 18:30 Amazing Wedding Cakes

OS DESTAQUES



ABRAÇA-ME MUITO FORTE

Cristina é uma mulher doce e querida por todos no "Pantanal", uma linda fazenda cujo proprietário é seu pai, Seu Severiano, um homem de carácter forte. Diego, que trabalha na fazenda como capataz, apaixonou-se por Cristina que se entrega a ele e acaba por engravidar. Severiano ordena que ela e Estela, a servente, se mudem para a capital para que o bebé nasça na cidade. Frederico, um homem ganancioso e cruel, tira proveito desta situação e gera uma série de acontecimentos.

ASSISTA A NOVELA NO NOVO CANAL, TLN



AMOR À VIDA PALOMA DESCOBRE QUE BRUNO NÃO É O PAI BIOLÓGICO DE PAULINHA

Como bem disse Glaucé (Leona Cavali) a Bruno (Malvino Salvador), a verdade sobre o nascimento de Paulinha (Klara Castanho) iria vir à tona mais cedo ou mais tarde. Paloma (Paolla Oliveira) descobre que a enteada tem lúpus e sugere que Bruno faça um teste de compatibilidade para doar parte de seu fígado para a filha. Quando os resultados chegam, a médica conclui que Bruno não é o pai biológico da menina e, cheia de dedos, vai revelar a verdade ao amado. Ela só estranha o fato de ele não se mostrar nada surpreso. Bruno distarça, e a médica diz que Luana (Gabriela Duarte) só pode ter tido outro homem. Só que Bruno afirma que isso não é possível e defende a ex-mulher, o que deixa Paloma desconfiada.

DE SEGUNDA A SÁBADO, 22:10, TV GLOBO



O REGRESSO DOS FEITICEIROS: ALEX X ALEX

Alex (Selena Gomez) lança inadvertidamente um feitiço que cria uma Alex Boa e uma Alex Má. Quando a Alex Má fica presa no plano de um jovem feiticeiro que quer dominar o mundo, cabe à Alex Boa encontrar uma maneira de salvar a sua família e a humanidade, desencadeando-se assim uma dura batalha entre as duas versões de si própria.

DIA 7 DE JUNHO, 18:50, DISNEY

MAIS CANAIS... MAIS ESCOLHA

A DStv acaba de lançar mais dois grandes canais destinados a aumentar a oferta dedicada à telenovela, drama e desporto. A TLN transmite, diariamente, mais de cinco telenovelas de grande qualidade, séries dramáticas e comédias – tudo em português. O SuperSport 360 é o seu canal de todos os desportos que transmite 24 horas por dia, em português. Este canal leva até si toda a acção dos canais da SuperSport: futebol europeu, campeonatos nacionais, coberturas em directo, comentário, painéis de discussão e muito mais...

MAXIMO 360

tln network

SABIA QUE?

Pode efectuar o pagamento da sua DStv sem ter de se deslocar a uma loja da MultiChoice?

- Pagamento por ATM da Rede Ponto24 com cartões de débito nacionais de todos os bancos do país.
- Pagamento por telemóvel – apenas aplicável para detentores de cartões de débito da rede Ponto24 através do *124#
- Transferência, por internet banking ou depósito directo nas nossas contas da FNB, BCI, Bbim, e Standard Bank*

* Para mais informações sobre o pagamento por telemóvel, contacte o serviço de Ponto24.

DStv

Ligue para 82 3788 para Mcel ou 84 3788 para Vodacom ou envie e-mail para moz@dstv.com ou visite www.dstv.com

Nota: Informação correcta à data de impressão; para obter grelhas actualizadas diariamente visite www.dstv.com

Premier **10** ANOS

SUPERSPAR 

REFRESH

refresca-te

Exclusividade

16
sabores
SEM
tartrazina



**Melhores
preços e maior
poupança
para mim.**

Leite fresco gordo
1litro

45^{MT}



Promoção válida de 31 de Maio á 09 de Junho de 2013. Todos preços incluem IVA.

Premier 10 ANOS
SUPERSPAR

REFRESHHI! 2L
16 Sabores SEM Tartrazina

35^{MT} CADA

Exclusividade da Premier

249^{MT}
Ovos frescos 5 dúzias

99^{MT} CADA
Amaciador de roupa 2Litros todas as variedades

225^{MT}
Carne Moida, limpa p/kg

119^{MT}
Laranja em sacco +/- 7Kg

Depois de certa resistência, Governo cede à pressão:

“Contratos de megaprojectos serão públicos”

Raul Senda (texto)
Urgel Matula (fotos)

O Governo de Moçambique cedeu à pressão pública e vai publicar o conteúdo dos contratos assinados com as companhias que pesquisam e exploram os recursos minerais e hidrocarbonetos no país. Segundo Abdul Razak, vice-ministro dos Recursos Minerais, a publicação dos contratos limitar-se-á aos pontos essenciais e nem tudo será do domínio público, na medida em que há informação sensível e confidencial cuja publicação pode expor o segredo económico dessas empresas. Nas linhas abaixo segue a entrevista que Abdul Razak concedeu ao SAVANA, onde traça a radiografia geral da indústria extractiva em Moçambique, sector que tem animado acalorados debates e tem sido centro de muita controvérsia.

Nos últimos dez anos, Moçambique tem registado um movimento intenso rumo à busca de recursos minerais e energéticos. Em termos reais, quais é que têm sido os ganhos do país?

Devido ao ambiente macro económico existente, ao clima de investimentos criado, ao trabalho que foi feito ao nível de cartografia e da pesquisa geológica, foi possível termos uma ideia mais clara daquilo que é o potencial do país em termos de recursos minerais, incluindo hidrocarbonetos, e depois o que fez com que, nos últimos anos, houvesse investimentos substanciais neste sector.

Temos a salientar o início da exploração, em 2007, das áreas pesadas de Moma. Anteriormente já tínhamos iniciado a produção de gás natural em Pande/Temane, que tinha sido descoberto em 1960, mas que só em 2004 começou a sua produção através de um gasoduto que vem de Pande/Temane e que passa por vários pontos país e vai a África de Sul exportando o gás e, em 2011, depois de todo o trabalho de pesquisa adicional que foi feito pelas empresas, começou também a produção em grande escala de carvão mineral. Temos ainda outros projectos em curso. Podemos falar de grandes projectos de produção de material de construção, calcário que tem servido para a indústria de cimento em Moçambique. Portanto, estes têm sido os desenvolvimentos que nós temos, a par de outros projectos em curso quer na área de carvão mineral, quer na área de hidrocarbonetos quer em outros minérios fundamentalmente metais básicos e minerais industriais.

Qual é o impacto da implementação desses empreendimentos na melhoria das condições de vida dos moçambicanos.

Quando se fala de benefícios é importante salientar dois tipos de ganhos. Directos e indirectos. Benefícios directos são os que resultam da actividade mineira propriamente dita, isto implica o pagamento de impostos. E também temos benefícios indirectos que são substanciais. Temos a criação de emprego, desenvolvimento das infra-estruturas dos caminhos de ferro, portos, transportes terrestres e aéreos, temos também desenvolvimento das infra-estruturas de energia, telecomunicações, de apoio e de serviços para as empresas que estão sediadas em Moçambique.

Temos também o desenvolvimento de pequenas e médias empresas moçambicanas, sobretudo na produção de bens e serviços. Estamos a falar da hotelaria,

restauração, serviços de informática, estudos de impacto ambiental e de consultorias. Portanto, há muitas actividades que aparecem em termos de ligações empresariais e desenvolvimento de infra-estruturas que fazem com que nós possamos considerar que há benefícios para o povo moçambicano.

E em termos numéricos... quanto dinheiro já foi investido, até ao momento, na indústria extractiva?

No global já foram investidos cerca de USD2,5 biliões, quer na área mineira, bem como petrolífera.

Porém, é importante ter em conta um aspecto. Podemos considerar a actividade na indústria extractiva como uma actividade de capital intensivo, de alto risco e de retorno relativamente lento. E há uma outra característica da indústria extractiva que também devemos considerar que é a volatilidade dos preços no mercado mundial. É bem possível que num ano o preço de carvão de coque custe entre 300 a 350 dólares/tonelada e dois anos depois caia para 200 dólares/tonelada. Isso acontece também com outros minérios. É por isso que quando as empresas fazem estudos de viabilidade técnica financeira têm em conta o preço médio ao longo de vários anos e não de curto prazo.

Isto faz com que sejam necessários investimentos de vulto no meio de algum risco.

E em termos de projectos futuros. O que temos na manga?

Nós temos projectos em curso na área de carvão mineral e de hidrocarbonetos. Na área de carvão mineral já temos em funcionamento, desde 2011, a Mina de Moatize operada pela VALE, em 2012 começou também a produção da Mina de Benga cuja concessão foi atribuída a Rio Tinto, em 2013 vai começar a produção da Mina de Changara operada por um grupo indiano chamado Jindal. Antes já tínhamos em funcionamento a Mina de Chipanga. Nos próximos anos, provavelmente vamos ter o início da produção das Minas de Revubúe e estamos em discussão de contratos com outras empresas para actividades na área de produção de carvão mineral.

Nas áreas pesadas de Moma temos já um projecto em execução que começou em 2007, na altura previa-se a produção de 750 mil toneladas/ano de ilmenite, cerca de 65 mil toneladas/ano de zircão e 15 mil toneladas de rútilo. Está em curso um projecto de expansão para o aumento da produção de ilmenite 50%.

Em termos de gás, já temos a produção desde 2004 de Pande/Temane, no início a produção era de 120 milhões de gigajoules/ano. Começou o projecto de expansão a partir de 2011 para passar a produção de 120 para 183 milhões. Actualmente, estamos a 149 milhões de gigajoules/ano.

Parte dessa produção é exportada para África do Sul e a outra é usada na cintura industrial de Maputo e Matola. Uma boa parte das empresas como a Mozal, Coca-Cola, fábrica de Cimentos entre outras substituíram os combustíveis como carvão mineral e os combustíveis clássicos pelo gás que é mais barato e mais limpo. Temos também uma pequena quantidade de viaturas que estão a usar gás natural como combustível. Temos dois projectos, um já está em funcionamento de produção de energia com base em gás natural em Ressano Garcia. Temos ainda um grande projecto de uti-

lização de gás natural em Maputo que consistirá na distribuição de gás para o consumo doméstico. Numa primeira fase será para grandes empresas e indústrias, hotéis, hospitais e quartéis mas também está prevista a ligação doméstica para certos edifícios que têm condições de segurança.

O projecto de canalização e distribuição de gás doméstico na região de grande Maputo inclui, na fase inicial, apenas 200 consumidores. Mas Maputo e arredores tem mais de dois milhões de habitantes. Quando é que este projecto abrangerá a maioria das famílias residentes nesta região?

Os 200 que se falam no projecto é de grandes consumidores. Esta será a primeira fase. Como pode ver, a cidade de Maputo é uma cidade construída há muito tempo e para montar um sistema destes há certas condições de segurança, de transporte e de canalização que devem ser criadas e que não são fáceis numa cidade que já foi construída. Progressivamente vamos ver quando e onde é possível avançar.

É um projecto que ainda requer estudos e trabalhos adicionais em termos de segurança e em termos de ver se é possível fazer-se essa canalização de forma segura. E temos que ter em conta também que nas habitações, a população ainda não está habituada a utilizar gás canalizado pelo que, deve haver antes um trabalho de educação para evitar acidentes.

Uma das principais características das cidades moçambicanas, incluindo Maputo, são os assentamentos informais e o desordenamento territorial. Como é que acham que vão implementar esse projecto nessas circunstâncias?

Como sabe, os projectos de desenvolvimento do país não se resumem apenas na indústria extractiva ou em hidrocarbonetos. Há vários estudos em curso visando encontrar formas de levar combustíveis consumíveis aos moçambicanos. Para além de encontrar formas de melhorar uso de botijas de gás, há projectos de utilização de combustíveis alternativos aos combustíveis lenhosos para as cidades. São vários projectos que vão conduzir a utilização de equipamento que seja mais rentável e que utilize menos combustíveis lenhosos.

Com isso quer dizer que o gás canalizado não será para qualquer cidadão?

Para o gás canalizado sim. Como disse antes, a segunda fase ainda requer estudos adicionais, condições de segurança e de educação e isso levará o seu tempo.

Falou de vários projectos desde a indústria extractiva, passando pelos hidrocarbonetos até à canalização de gás aos consumidores domésticos. O que isso significa em termos monetários.

No caso concreto do carvão mineral da VALE, quando o projecto entrar em funcionamento pleno será um investimento de cerca de 1,2 bilião de dólares. O projecto de Benga quando ficar completo e entrar em funcionamento pleno será um investimento de cerca de 800 milhões de dólares. Podia também dar um exemplo dos custos que implica a pesquisa na área de hidrocarbonetos. Na pesquisa de hidrocarbonetos, em muitos casos tem que se fazer estudos que nós chamamos de sísmicos para ver exactamente onde é que serão feitas as perfurações. Vou dar exemplo de um tipo de pesquisa que muitos empresas fazem. Estou a falar de pesquisas sísmicas de duas dimensões.

Esta custa cerca de um milhão de dólares por quilometro e a sísmica de três dimensões custa cerca de 15 milhões de dólares por mil quilómetros quadrados. Um furo de hidrocarbonetos em águas profundas pode custar entre 70 a 100 milhões de dólares e só um em cada quatro furos é que é positivo. No nosso caso, felizmente temos tido mais furos positivos que negativos. As pesquisas são um pouco mais baratas quando é em terra mas, para o nosso caso, o grosso das pesquisas decorre em águas profundas.

E por isso que, no caso concreto da Bacia de Rovuma, o consórcio engloba várias empresas para poder fazer com que haja possibilidade de investir altas somas e partilhar o risco.

Ressalvar ainda que nos contratos de pesquisa de hidrocarbonetos, o governo está representado pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) com 10 ou 15% e nalguns casos como o do projecto de Gás de Pande/Temane tem 25%.

Estes contratos permitem que a empresa ENH só começa a pagar os investimentos feitos na altura da pesquisa quando há descobertas comerciais. Isso significa que não corre riscos na fase de pesquisa. Se na fase da investigação não se descobrirem quantidades comerciais, a ENH não paga nada.

“Fala-se sem informação correcta sobre como são as coisas”

Disse que os megaprojectos trazem consigo vários benefícios. Porém, o grosso do povo moçambicano ainda continua a viver numa situação de pobreza extrema. Aliás, muitas correntes dizem que o Governo não está a cobrar o que devia às empresas. Qual é o seu comentário.

Penso que às vezes se fala sem uma informação correcta daquilo que são as coisas. Nós tínhamos um regime fiscal aplicado em 2002 para área mineira e dos hidrocarbonetos. Em 2007, através da lei 11/2007, o governo alterou o regime fiscal e diminuiu substancialmente os incentivos fiscais e aumentou-se os impostos.

Por exemplo, anteriormente para o petróleo e gás natural o imposto era de acordo com a profundidade. No caso concreto de gás natural, se fosse em terra o valor cobrado era de 5% e em águas profundas era de 2%. Actualmente, independentemente de ser na terra ou na água, o imposto cobrado é único, 6%. No petróleo antes era 8% em terra e 3% em águas profundas. Agora, o imposto de produção passou para 10%.

É importante também ter em conta aquilo que se ganha directamente da actividade e aquilo que se ganha com as ligações empresariais que são ganhos substanciais.

Posso dar um exemplo concreto das receitas dos Caminhos de Ferro de Moçambique. Anteriormente, se houvesse uma comboio por semana de Moatize para o porto da Beira já era bom. Hoje são seis comboios por dia que ligam estes dois pontos e com o aumento da produção vamos passar para 10 comboios por dia. Logo as receitas dos CFM e do porto da Beira aumentaram e vão aumentar substancialmente. As Linhas Áreas de Moçambique tinham antes três voos por semana para Tete, hoje são 21 voos semanais para Tete dos quais três fazem ligação directa para África do Sul. Podemos falar de vários postos de emprego criados com a implementação destes projectos.

Com descoberta de gás natural na bacia de Rovuma, está claro que não será feito apenas aquilo que chamamos da indústria de gás natural liquefeito que será



Abdul Razak, Vice-ministro dos Recursos Minerais

peças colectivas e a partir de 2007 aplicámos rigorosamente esses impostos. Se fizermos uma análise daquilo que se pratica ao nível da região e ao nível mundial, os nossos impostos são relativamente altos.

Nós pensamos que temos que ter impostos mais altos para ter mais benefícios para o país, que foi o que aconteceu, mas também é importante ter uma indústria competitiva para poder competir com a região e atrair mais investimentos porque há muitos países que também estão a procura de investimentos estrangeiros e competem connosco. Nós também temos que ser competitivos e atractivos.

Portanto, essa alteração de 2007 fez com que, Moçambique ganhasse mais e continuasse atractivo. Com as alterações feitas em 2007, há mais possibilidades do Estado ganhar mais.

É importante também ter em conta aquilo que se ganha directamente da actividade e aquilo que se ganha com as ligações empresariais que são ganhos substanciais.

Posso dar um exemplo concreto das receitas dos Caminhos de Ferro de Moçambique. Anteriormente, se houvesse uma comboio por semana de Moatize para o porto da Beira já era bom. Hoje são seis comboios por dia que ligam estes dois pontos e com o aumento da produção vamos passar para 10 comboios por dia. Logo as receitas dos CFM e do porto da Beira aumentaram e vão aumentar substancialmente. As Linhas Áreas de Moçambique tinham antes três voos por semana para Tete, hoje são 21 voos semanais para Tete dos quais três fazem ligação directa para África do Sul. Podemos falar de vários postos de emprego criados com a implementação destes projectos.

Com descoberta de gás natural na bacia de Rovuma, está claro que não será feito apenas aquilo que chamamos da indústria de gás natural liquefeito que será

“É cedo para avaliar ganhos dos megaprojectos”

Segundo o vice-ministro, os ganhos são vários. Porém, algumas organizações da Sociedade Civil como é o caso de Instituto de Estudos Sociais e Económicos, têm apresentado números que indicam que se as empresas fossem devidamente taxadas, o Governo reduziria em grande escala o défice da Balança de Pagamentos.

Há muitos itens que se têm de ter em conta nestes processos. Mas é importante referir que já estamos a ter receitas substanciais na área da indústria extractiva e desde que aderimos à Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE), estamos a fazer aquilo que é a reconciliação da informação daquilo que as empresas pagam em termos das suas obrigações fiscais e daquilo que o Governo ou Estado tem como registado.

Já temos essa informação e penso que o trabalho vai continuar e naturalmente vamos ter sempre informação actualizada daquilo que são as receitas da indústria extractiva. Isso é com base naquilo que são os ganhos com os impostos específicos.

Nos casos que temos tido, entrarão nas receitas aquilo que chamamos de mais-valias. Como sabem, cobramos mais-valias com a venda das acções da Cove Energy aos tailandeses no Bloco 1 da Bacia de Rovuma. O Estado arrecadou cerca de USD175 milhões nessa transacção e continuará com esse trabalho.

É importante ainda ter-se em conta que uma parte da produção substancial está a começar agora. Com excepção do projecto de Pande/Temane e das áreas pesadas de Moma, só em 2011 é que começámos com a produção efectiva de carvão mineral. De certeza que essas novas operações terão suas influências das receitas de 2012, 2013 em diante.

Penso que ainda é cedo para avaliar o impacto dessas receitas na Balança de Pagamento. Talvez mais tarde poderemos ter factos para avaliar o impacto dessas receitas e contribuições na balança de pagamento e no Produto Interno Bruto. Ainda é cedo para avaliar o impacto das receitas dos megaprojectos.

Qual é a contribuição da indústria extractiva no Orçamento do Estado?

É complicado aferir isto porque as receitas provêm por duas vias. Uma directa e outra indirecta. E todas essas receitas vão para aquilo que chamamos de conta única do Estado. Nós estamos a trabalhar para ter uma informação no futuro porque isso é uma das coisas de que se fala e se pede muito. Estamos a trabalhar com a Autoridade Tributária no sentido de saber qual é a real contribuição da indústria extractiva no Orçamento do Estado, bem como no Produto Interno Bruto.

Contratos de megaprojectos serão publicados

Um dos aspectos que preocupa a sociedade moçambicana é a não divulgação dos contratos dos megaprojectos. Se o governo garante que a gestão é transparente porquê mantém os contratos em segredo?

Acho que a controvérsia em relação a publicação dos contratos nem devia existir porque os contratos modelos são públicos, estão nas nossas páginas da internet. Aplicámos rigorosamente e esrupulosamente a lei laboral, ambiental,

fiscal e cambial. Essas leis são públicas e acessíveis a toda a gente. Praticamente, os contratos resumem-se na aplicação das leis e cingem-se nos contratos modelos que são do consumo público. Pelo que, não acho que haja coisas que estão a ser escondidas.

Se bem que não há nada a esconder porque é que não são publicados?

Os contratos não são publicados porque não havia um instrumento legal que nos permitisse a sua divulgação. Com a aprovação da nova lei de minas, já é possível fazer a publicação. Mas é importante referir que a publicação dos contratos limitar-se-á aquilo que são os pontos essenciais. Nem tudo será do domínio público. Há informação sensível e confidencial cuja publicação pode expor o segredo económico dessas empresas. Isto temos que compreender que tudo que tenha a

ver com questões comerciais e tecnológicas são aspectos particulares daquele negócio que ninguém quer divulgar porque isso pode também dar azo ao seu competidor quer no país, quer fora.

E os contratos já firmados serão também tornados públicos?

Em Moçambique, o princípio fundamental de qualquer lei é de não ter efeitos retroactivos. Todos os contratos, tudo o que foi assinado em termos de memorando de entendimento, no passado, não serão abrangidos retroactivamente, a não ser que o novo dispositivo seja benéfico para essas empresas.

Um dos problemas com que se debatem estes projectos são os recursos humanos qualificados. A quantas vai o processo de formação de quadros para responder a estes novos desafios?

Estamos a trabalhar no sentido de ga-

rantir que o país disponha de recursos humanos para responder a novos desafios. Em 2010, o Governo aprovou um Plano Estratégico de formação de recursos humanos na área dos recursos minerais. É um plano de 10 anos e envolve as companhias e prevê a formação de 4.200 quadros especializados nas áreas de geociências, engenharias e transversais. O plano inclui ainda a formação de 1.300 quadros do nível médio.

Temos também programas de formação fora do País. Anualmente, mandamos 15 estudantes para formação em diversas áreas de nível médio em Angola, enviámos também 20 estudantes para formação superior na Malásia com o apoio da empresa Petronas, neste momento a operar na Bacia de Rovuma.

“É difícil controlar garimpo ilegal”

Fala-se muito de carvão e gás, mas Moçambique tem tantos outros tipos de recursos preciosos como diamante, ouro, pedras e tantos outros cuja exploração ainda é artesanal, facto que propicia pilhagens e garimpo ilegal impedindo que o Estado tire ganhos. O que o Estado pensa sobre esses outros recursos.

Nestes casos temos que ter em conta as descobertas que existem, os jazigos existentes em termos da rocha-mãe. O que muitas vezes acontece é que são aluviões, ou seja, transporte da parte dos minérios através de rios ou outros cursos de água e que são temporários. O que nós temos feito é com base em estudos geológicos, cartografia e informação geográfica tentar fazer com que no jazigo primário haja empresas com capacidade técnica e financeira para fazer essa exploração. Fizemos em Montepuez nas minas de Namanhumbir. Estamos a fazer em Mavuco em Moma, onde temos duas concessões mineiras, lançámos um concurso para Nacalava-velha onde há também sinais evidentes de minérios. O mesmo acontece também em Manica. Ainda no quadro de profissionalização da exploração desses recursos, em algumas zonas criámos aquilo que se chama zonas mineiras para a população local poder produzir. Temos em todo o país 76 mineiros que são geridos pelas direcções provinciais de Recursos Minerais. A atribuição de senhas mineiras é antecedida de formação específica. Temos também o certificado mineiro que é atribuído a produtores de pequena escala ou artesanais.

Quando é que teremos o garimpo ilegal totalmente controlado. É muito difícil porque o país é extenso. Temos essa questão de imigração ilegal e não é fácil controlar porque não temos capacidade de estar em todo o lado ao mesmo tempo. Mas sempre que temos conhecimento desses focos trabalhamos com as autoridades locais e policiais para estancar esses casos. É importante salientar que o Governo está a criar condições para que os moçambicanos participem na actividade mineira. Em 2011, decidimos alterar o regulamento de comercialização mineira e decidimos que as licenças de comercialização mineira devem ser exclusivamente para moçambicanos.

Outra forma de facilitar que os moçambicanos participem nesta actividade é através da venda das participações que o Governo detém nos contratos de hidrocarbonetos através da ENH e nas concessões mineiras através da Empresa de Exploração Mineira.

Mas há quem diga que essas cotas limitam-se a uma pequena elite ligada ao partido no poder. Não é verdade. A concessão das licenças de exploração mineira é publicada nos órgãos de Comunicação Social. O cadastro mineiro é público e aberto a todos. Qualquer um pode requerer, desde que cumpra com os requisitos. Porém, é importante referir que nos grandes projectos é natural que haja empresários que tenham certa capacidade financeira para participar. É uma condição, mas nada é impeditivo.

Moçambique está, na verdade, a tornar-se um “novo rio” em matéria de recursos minerais e energéticos. Porém, a abundância desses recursos pode ser um passaporte para a prosperidade assim como para a instabilidade. O que está a ser feito em Moçambique com vista a evitar que os recursos virem uma maldição?

É importante recordar aquilo que o nosso presidente tem dito sempre que nós não devemos ficar empolgados com as descobertas que estamos a registar e com aquilo que estamos a ter com a exploração da indústria mineira e de hidrocarbonetos. Devemos manter o nosso programa de desenvolvimento harmonioso apostando em outras áreas como agricultura, pesca, turismo, desenvolvimento de recursos humanos e de infra-estruturas e a actividade mineira será apenas o complemento. Não nos podemos desviar daquilo que é a nossa intenção principal que é o nosso programa de luta contra a pobreza e o nosso programa quinquenal. Nós temos experiências no nosso país, desde a independência em que pautamos pela utilização das receitas para o desenvolvimento equilibrado e harmonioso do país com base em planos quinquenais e anuais priorizando campos sociais e económicos. Há uma ideia de que esses recursos são esgotáveis. É nessa linha que temos que potenciar o país de infra-estruturas e capacidades para diversificar a economia e permitir que outros sectores desenvolvam para continuar a gerar receitas para o desenvolvimento futuro.

Este esforço visando garantir uma distribuição equilibrada de recursos pelo país vai permitir que a descoberta de recursos minerais seja uma bênção.

De há um ano a esta parte, têm surgido, nas províncias de Tete e Namupa, focos de convulsões populares devido a um conjunto de injustiças, supostamente, criadas pelas empresas mineiras. Não será isso um sinal de instabilidade futura? O Governo está atento a isso?

Estamos a atender. Mas é bom saber que muito da informação que nos chega e consumimos nem sempre corresponde à realidade. Se hoje chegar ao centro de reassentamento de Cateme em Tete, poderá ver que apesar de haver alguns problemas, no fundamental, aquilo que é a responsabilidade do Governo e das empresas foi cumprido. Hoje a população reassentada tem assistência médica de qualidade, ensino até ao nível médio, abastecimento de água, há um conjunto de acções que permitem que as pessoas possam viver em condições dignas e melhores que as anteriores. Há de facto alguns problemas mas que com o tempo vão sendo superados. O que é fundamental é que o reassentamento de Cateme foi a primeira experiência de vulto para o Governo. A partir dos problemas que lá surgiram encontramos formas de evitar que situações similares aconteçam. O Governo já aprovou um regulamento de reassentamento. Hoje sabemos que a comunicação entre as partes é fulcral e que sempre devemos fazer com que esses processos envolvam todas as partes.

Mãe diz que bebê caiu no cano do esgoto por acidente

Criança está estável no hospital e já é conhecida como o “bebê 59”, por ser esse o número da incubadora. Várias pessoas ofereceram-se para adoptá-lo. O bebê que os bombeiros resga-

taram de um cano de esgoto num prédio na China, no sábado, terá caído “por acidente” na sanita, segundo a versão contada à polícia pela mãe da criança.

O menino – que já é conhecido como o “bebê 59”, por ser esse o

número da incubadora em que se encontra – esteve duas a três horas preso num cano com 10 centímetros de diâmetro num edifício residencial em Jinhua, na província oriental de Zhejiang. A mãe, uma mulher de 22 anos,



Criança está estável no hospital e já é conhecida como o “bebê 59”



DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIRO

COMUNICADO/DES/Nº 01/2013

Maputo, 14 de Maio de 2013

Assunto: **Registo de contratos no âmbito da realização das transacções correntes**

Considerando os objectivos do processo de liberalização das operações correntes consagrados na Lei nº. 11/2009, de 11 de Março – Lei Cambial-, e com vista a conferir maior celeridade ao processo de registo dos contratos de prestação de serviços previsto nos artigos 34 e 37 do Decreto 83/2010, de 31 de Dezembro – Regulamento da Lei Cambial, cumpre-nos informar os agentes económicos, e demais interessados e o público em geral que, doravante:

1. Os pedidos para registo dos contratos acima referidos envolvendo entidades residentes e não residentes, à semelhança das transacções correntes, são tramitados junto dos bancos a quem compete efectuar o seu registo;
2. Todos os pagamentos ao exterior ao abrigo destes contratos são realizados mediante prévio registo junto do banco intermediário da operação, para efeitos de atribuição de referência única e sequencial, mediante o preenchimento do modelo de formulário em vigor, instituído para o efeito;
3. As adendas aos contratos registados seguem os mesmos procedimentos observados para o registo do contrato principal.

Para mais informações, contacte-se o Departamento de Estrangeiro no R/C do edifício sede do Banco de Moçambique, durante as horas normais de expediente ou através dos telefones: **82/84 – 3330550.**

A Directora

llegivel

www.bancomoc.mz

solteira, disse à polícia que o bebê caiu “por acidente” no buraco da sanita no momento do parto.

“As nossas investigações concluíram que foi um acidente”, afirmou à AFP um porta-voz da polícia local. Segundo a imprensa local, a mulher trabalha num restaurante em Zhejiang e terá ficado grávida num encontro de uma noite. O pai não assumiu as responsabilidades e, sem dinheiro para abortar, ela optou por esconder a gravidez de toda a gente, incluindo da família, usando roupas largas e apertando a barriga.

A criança nasceu no sábado à tarde, na casa de banho partilhada de um prédio. A mulher garantiu ainda que tentou apanhar o bebê mas ele escorregou pelo cano. Depois de ter tentado retirá-lo, sem sucesso, chamou o senhorio.

Com medo da reacção dos vizinhos, mudou de roupa, tentou limpar a casa de banho – as imagens do local mostram panos ensanguentados no lavatório –, e disse ao senhorio que ouviu “barulhos estranhos” vindos da conduta. O homem chamou a polícia e os bombeiros, que conseguiram separar a parte em T do cano, onde o bebê ficou preso. Já no hospital, o cano foi aberto e a criança foi retirada com vida, ainda com a placenta agarrada.

O menino pesava 2,3 quilos e apesar de algumas complicações cardíacas e arranhões, está no hospital livre de perigo. Desde que o caso foi noticiado e as imagens do salvamento foram divulgadas pela televisão, gerou-se uma onda de indignação nas redes sociais. Várias pessoas foram mesmo ao hospital onde o menino está internado para levar fraldas, roupa de bebê, leite, e algumas até se ofereceram para adoptá-lo.

Segundo o China Daily, a polícia está ainda a investigar e não é certo que a mulher vá responder judicialmente pelo sucedido. Os casos de gravidezes fora do casamento têm estado a aumentar na China, em parte devido à falta de educação social. Uma socióloga citada pela Associated Press, Li Yinhe, disse que mais de 70% dos jovens adultos chineses têm sexo antes do casamento mas, nas escolas, os professores recusam dar aulas de educação sexual e de falar sobre contracepção, por não quererem ser acusados de incentivar esta prática.



Malangatana

Rótulos com Pormenores da Obra do Mestre
2ª Edição Limitada

EDITORIAL

Uma nova África

Em Abril passado, Trevor Manuel, o Ministro na Presidência para a Planificação Económica da África do Sul, causou controvérsia quando disse que os funcionários públicos do seu país não podiam continuar a usar o apartheid como justificação para as suas insuficiências.

As declarações de Manuel, o mais antigo membro do governo sul-africano, e que já ocupou a poderosa pasta das Finanças, foram condenadas por vários círculos, incluindo o Presidente Jacob Zuma, que defendeu que os danos causados pelo sistema do apartheid “permanecerão conosco por muito mais tempo”.

Falando numa cerimónia para marcar o vigésimo aniversário do assassinato de Chris Hani, o antigo Secretário Geral do Partido Comunista da África do Sul (SACP) e Comandante Militar do braço armado do ANC, o *Umkhonto we Sizwe*, Zuma disse: “é impossível que em vinte anos sejamos capazes de reparar os danos de séculos (de colonialismo e discriminação racial). O legado do apartheid é tão profundo que a nova administração democrática o possa reverter em tão pouco tempo, a menos que sejamos mágicos”.

Estas são as palavras proferidas por Manuel, durante uma conferência dos dirigentes centrais da Função Pública: “Não podemos continuar a responsabilizar o apartheid pelos nossos fracassos como um Estado. Não podemos evocar ignorância ou falta de experiência. Devemos acordar todas as manhãs e reconhecer que temos responsabilidades. Em quase duas décadas, o povo tem sido paciente perante uma medíocre prestação de serviços...”

Numa semana em que uma grande parte dos Chefes de Estado africanos bloquearam nos seus calendários a data de 25 de Maio para estarem presentes nas comemorações dos 50 anos da fundação da Organização de Unidade Africana (OUA) em Addis Abeba, será importante tentar interpretar, no mais amplo contexto africano, o verdadeiro sentido e alcance das palavras de Trevor Manuel, um militante de primeira linha na luta contra o apartheid.

Apenas um país africano — a Etiópia — escapou à voracidade do colonialismo europeu que se alastrou pelo continente adentro nos finais do século 19. Já antes do colonialismo, desde o século 15, África tinha sido um território completamente devastado pelo flagelo da escravatura, a maior crueldade da história humana de todos os tempos. A versão africana do Holocausto, se quisermos, mas numa dimensão ainda mais escandalosa.

A questão do colonialismo e o seu legado provoca emotivos debates quando se trata de analisar o estado em que se encontra o continente africano. Não é possível adivinhar em que estado estaria hoje África se não tivesse sido abalada pela escravatura e pela colonização. Talvez seria um melhor lugar para se viver. E é possível que a organização sócio-política dos antigos reinos africanos teria sobrevivido, com os seus métodos democráticos de solução de problemas.

Mas o cruzamento com o colonialismo não foi desastroso para África apenas pela exploração desenfreada dos seus recursos económicos e pela desumanização a que os povos africanos foram sujeitos. Os colonos foram também responsáveis pela produção do tipo de dirigentes políticos que depois da queda do colonialismo assumiram o poder em muitos países africanos.

Estes líderes libertários não tiveram o discernimento necessário para encarar as suas novas responsabilidades como parte de uma missão para transformar as suas sociedades, tornando-as em lugares apetecíveis para nelas se viver com dignidade, respeito pelo próximo e liberdade.

Simplesmente acomodaram-se nos lugares deixados vagos pelos antigos colonos, e institucionalizaram sistemas de governação em certos casos até piores que os da época colonial. Em alguns casos, os novos tiranos subverteram ou apropriaram-se do Estado, colocando-o ao seu serviço, e não eles ao serviço dele.

Hoje, a maioria dos países africanos não estão no estado de pobreza e de miséria em que se encontram apenas por conta do colonialismo e da escravatura. Não podemos menosprezar os efeitos devastadores que estes fenómenos tiveram sobre a actual distorção nas relações políticas e económicas entre África e sobretudo os países do Norte, mas é importante que as lideranças políticas do continente avaliem o seu grau de responsabilidade para a actual situação.

Será justo considerar que a OUA foi totalmente um fracasso? Não! Hoje, com a excepção do Sahara Ocidental, todos os países africanos estão livres do colonialismo e do racismo.

Mas foi em parte como reconhecimento das suas fragilidades que surgiu a filosofia do Renascimento Africano, transformando a OUA em União Africana. Uma nova abordagem governativa assente nos valores fundamentais da democracia, do respeito pela vontade dos povos e de uma gestão económica prudente e inclusiva.

Cartoon



Pontes e Mães

Por Tiago Botelho

Mais uma vez no nosso dia-a-dia, encontramos nos jornais a informação de uma ponte que é destruída devido às cheias. No ano passado já tivera acontecido o mesmo, e penso que me lembro de uma história do ano anterior, e pouco posso garantir em relação ao anterior.

Elas caíam com pouca vontade de se aguentarem, sem forças, devido à idade e às várias operações a que já foram sujeitas. Normalmente, chamamos a isto envelhecimento.

Procuo escapar à ideia de pouca preocupação em relação às nossas idosas pontes.

Todos os dias estão ali a garantir que podemos passar.

Quantas vezes já aguentaram com a carga, insuportável para cada um de nós, de um camião.

Quantas e quantas vezes nos são úteis e nem nos apercebemos que ali estão. Quase como uma “mãe” que nos vai estendendo a mão em cada bocado de estrada que percorremos.

As “mães” que quando jovens aguentam tudo, tem a força de mil homens (ou talvez mais). Conseguem estar em todo o lado e aguentar as maiores intempéries, mesmo quando estamos doentes. Levam-nos daqui para ali, acreditando que nos irão proteger. Essas “mães”, essas mesmo, acreditam também que conforme vamos crescendo, e com elas envelhecendo, iremos ajudando nos momentos de maior aflição. Vamos amá-las, ouvir as suas histórias, contar-lhes histórias, e quando necessário vamos também acariciá-las.

Claro que quando chegamos a uma idade adulta, e mesmo distraíndo-nos com o mundo à nossa volta, quem sabe,

encontraremos uma parceira, que nos vai dar um outro amor. Parece-nos mais jovem, mais rápido, e até mais cómodo. Também ela vai ser “mãe”, também nos vais dar a possibilidade de nos deslocarmos, e principalmente, vai necessitar que cuidemos dela.

As nossas “mães” continuam ali, com a sua força, que com o tempo da vida e as grandes transformações do mundo à nossa volta, fazendo o que sempre fizeram. Elas são a base para que possamos ir daqui para ali. Elas, as nossas “mães” pontes, continuam todos os dias ali, mas para que consigam ali estar, necessitam que cuidemos delas, todos os dias.

Quem sabe se novas companheiras nos possam ajudar e a retirar o peso da idade, do desgaste e da vontade de estar sempre ali.

SAVANA

INDEPENDÊNCIA ★ INTEGRIDADE

Registado sob número 007/RRR/DNI/93
NUIIT: 400109001

Propriedade da

mediacoop SA

Maputo-República de Moçambique

KOK NAM
Director Emérito

Conselho de Administração:
Fernando B de Lima, (Presidente)
e Naita Ussene

Direcção, Redacção,
Publicidade e Administração:
Av. Amílcar Cabral n° 1049* CP 73
Telefones:
(+258) 21301737, 823171100
84 3171100

Editor:
Fernando Gonçalves
editorsav@mediacoop.co.mz

Editor Executivo:
Francisco Carmona
francisco.carmona@mediacoop.co.mz

Redacção: Fernando Manuel,
Emídio Beúla, Raúl Senda,
Abdul Sulemane e Argunaldo
Nhamossa
Fotografia: Naita Ussene (Editor)
e Úrgel Matula

Colaboradores Permanentes:
Machado da Graça, Fernando Lima,
António Cabrita, Carlos Serra,
Ivone Soares, Luis Guevane, João
Mosca, Paulo Mubalo (Desporto) e
Isadora Ataíde

Maquetização: A. S. M
Revisão: Gervásio Nhalicale
Publicidade: **Benvinda Tamele**
(82 3282870)
benvinda.tamele@mediacoop.co.mz
Distribuição: **Miguel Bila**
(82 4576190 / 84 0135281)
miguel.bila@mediacoop.co.mz
(incluindo via e-mail PDF)

Fax: +258 21302402 (Redacção)
823051790 (Publicidade/Directo)

Delegação da Beira:
Prédio Aruã ngua, n°32 - 1° andar, A
Telef: (+258) 825 847050821

savana@mediacoop.com.mz
(Redacção)
admc@mediacoop.co.mz
(Administração)

www.savana.co.mz
www.facebook.com/pages/
savana-online/92167057804
Impressão: S-graphics

Meu ser original

Ivone Soares

Poder e contra-poder



Hoje, não sei se vou falar como política, queria apenas vestir a pele de vítima de um sistema que carece de reformas urgentes. Fã-lo-ia, ciente de que uns tantos esperam ler soluções e não a enunciação de micro ou macro problemas nacionais. Enfim, deixem-me exteriorizar o que estou a sentir neste momento.

Reza a nossa Constituição, no artigo 22 que a República de Moçambique prossegue uma política de paz, só recorrendo à força em caso de legítima defesa. Não fazendo tábua rasa da CRM, julgo que numa democracia verdadeira não devia existir, naturalmente, nenhum poder absoluto. Ou seja, para cada poder, seja ele executivo, legislativo ou judicial, devam existir organismos de controlo. Esses organismos de contra-poder, teriam carácter obrigatório, logo não voluntários. Porquê digo isso? Por exemplo, quando vemos, ouvimos ou lemos notícias, quer seja nos serviços noticiosos das televisões, nas várias rádios ou nos jornais, muitas vezes encontramos notícia criminis denunciando dezenas de “hipóteses criminais”. Essas notícias são veiculadas para o público consumir e circulam pelas várias cidades moçambicanas, onde coabitamos com legisladores, procuradores, juizes, magistrados, governantes, polícias e (e) leitores. Curiosamente, por mais que provas materiais, testemunhas e outras evidências sejam acopladas a essas “manchetes”, sectores há que feitos surdos, mudos e cegos ignoraram-nas na expectativa de que um outro ente tratará do caso.

Isso é esquisito, pois numa democracia normal onde a verificação dessas hipóteses criminais é obrigatória faz-se, imediatamente, uma investigação e são apresentados os resultados. Entre nós nada disso acontece.

O Judicial lê, como lemos nós: exemplo: desfálque financeiro aqui e ali;

extravio de documentos da instituição x, y e z; terceiro ou quarto caso de incêndio acolá; concursos públicos com nuances duvidosas, enfim... só não foi ainda manchete aquele crime julgado perfeito que ficou debaixo do tapete, pois o que tira ligeira fumaça atrai o olho atento dos jornalistas investigativos. Então, é crível que diante de denúncias de toda a ordem quem de direito fique à espera de uma queixa “formal” para agir? Noutros países, indícios de improbidade dos agentes e funcionários públicos são imediatamente questionados pelo Parlamento, investigados pelo Judicial e desencorajados por quem governa, o executivo. Com as papas na cara: suposto criminoso, supostas provas, denunciante, e crime com moldura penal prevista no Código, o que faltaria a um investigador para tirar a prova dos nove? Para apimentar ainda mais deixem-me indagar o silêncio dos acusados. Cimentou-se uma cultura do silêncio tripartido: acusado, investigador, órgão/instituição desfalcada?

A quem compete atender as queixas, reclamações e denúncias que a comunicação social divulga? Quem é o responsável por verificar se essas denúncias são verdadeiras ou falsas? Penso que neste tipo de cenários, em que há um denunciante, um acusado e uma ilicitude passível de verificação para posterior decisão de quem de Direito devia passar por essa triagem. A denúncia é ou não reconhecida? É passível de investigação ou não? É claro que, há por vezes casos comprovados de calúnia, difamação e/ou injúria. Nessas situações, em que o suposto acusado, na verdade é inocente, este pode mover uma acção criminal contra aquele que, levemente, o acusou. Quando os jornais trazem ao conhecimento do público dado crime e, os visados pautam pelo silêncio, mesmo gozando do direito à resposta. Quando esse acusado não faz o desmentido

e o judicial é visto assobiando para o lado, isso dá azo a mais especulação.

É muito importante que haja equilíbrio dos poderes dentro da organização do Estado para que o cidadão não se veja impelido a contar com as suas próprias forças. Isso evita casos de justiça pelas próprias mãos; evita levantamentos populares; rebeliões; situações extremas de ingovernabilidade do Estado.

Por exemplo, recentemente Jorge Arroz - líder da Associação Médica de Moçambique foi preso! Quando a chocante notícia chegou até mim, pensei: e se, como Nação, nos deixássemos de projectos sociais infrutíferos e começássemos a construir mais cadeias? É que neste andar, com tanta intolerância política, perseguições, com a politização e/ou partidização dos sectores de actividade públicos e com tamanha obstrução das actividades de todos que reivindicam algum direito, acabaremos na cadeia mais cedo ou mais tarde. O cerco tende a ficar mais “confinado”. Quase tudo está a virar crime em Moçambique. E o Estado parecendo desgovernado, vê seus agentes da lei e ordem usando de força bruta contra o seu povo, chicotando-o como se estivesse em causa a soberania retratada no artigo 22 da CRM. Quando o Estado usa da força contra cidadãos indefesos, quando usa material bélico pesado para reprimi-lo, quando tanques de guerra são posicionados próximo da Casa do Povo transparece a ideia de que o Estado sente-se ameaçado, daí justificar-se essa artilharia pesada que intimida os cidadãos. Quando prenderam Arroz, dizia, acusado de sedição, o cenário foi temeroso. Teria sido essa a intenção dos indivíduos que, em pleno fim-de-semana a noite, lavraram mandado de captura? Não tendo Arroz cometido crime de sedição, a pessoa que coarctou a sua liberdade por longas 4 horas será processada? Será que não se

calcula que essas acções intimidatórias, podem fazer de Arroz um mártir? O pessoal da saúde ganhou um líder. O país conhece agora mais um homem determinado. Surgirão mais Arrozes... caso para ab uno disce omnes. Julgo que o recurso à força do Estado, no lugar de cultivar o espírito de diálogo permanente como aconselha a Lei-mãe, agudiza os focos de descontentamento. Reparem que assistimos, por exemplo, nas ruas de Maputo a certas cenas desgostosas. Certos elementos da polícia camarária saltam das suas carrinhas para arrancar as mercadorias dos vendedores informais. Vejo nisso um grave problema: a polícia camarária ao “sequestrar” as ditas mercadorias não lhes deixando com um documento qualquer, parece estar a roubá-los e não a protagonizar propriamente um sequestro cautelar com vista a prevenir a venda ilegal dessas mercadorias.

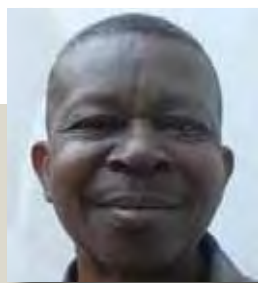
Numa democracia normal as mercadorias confiscadas pela polícia são inventariadas e em caso de não serem reclamadas ou se o reclamante perdeu o direito de reavê-las, a polícia pode oferecer a luz do sol aos orfanatos, hospitais, etc., ou ainda vendê-las em hasta pública. Isto é o que acontece em democracias consolidadas onde há organismos de contra-poder em pleno funcionamento.

Onde é que os estimados leitores julgam que vão parar as mercadorias confiscadas pela polícia camarária? “começo a gostar da ideia de a Renamo ter “ad infinitum” forças armadas. É a única entidade que consegue pôr em linha estes gajos. Chamem isso fora da lei, ilegal, injusto, antidemocrático etc...mas é funcional ao sistema político vigente. Dhlakama é dos poucos indivíduos neste país que tem o que quer, quando quiser, como quiser.” Essa frase do jovem historia-

dor Egídio Vaz parece uma frase provocatória, por que extrema. Mas se o Estado não tem dentro de si sistemas de controlo, verificação e investigação de denúncias, tão pouco tem organismos de contra-poder, a afirmação do jovem historiador assume um valor, um significado completamente diferente. Diante dos tanques de guerra que o Estado posiciona em plena via pública, intimidando os seus cidadãos, parece que o Estado está em prontidão combativa à espera do primeiro nacional, ou até estrangeiro que o irá espreitar para assim “estrear” os novos equipamentos que ajudarão em caso de necessidade de defesa. Porque há um clima de desconfiança recíproca: Estado-Cidadão, daí Egídio Vaz confessar que começa a gostar da ideia de a Renamo ter “ad infinitum” forças armadas.

Em democracias saudáveis muitos dos assuntos aqui exemplificados seriam considerados surreais, mas quando se permite a confusão Partido-Estado nada mais pode surpreender. Se ainda vamos a tempo de ter organismos de poder independentes, fiscalizáveis e com sentido de responsabilidade? Digo que sim! Todavia, enquanto isso não acontece teremos que nos adaptar ao estado de sítio imposto pelos chefes de hoje. Teremos sindicalistas mudos, funcionários e agentes do Estado revoltosos, o pacato cidadão cada vez mais empobrecido e intimidado... tudo para que qualquer tacho vá para a mesa d’algum chefe. Espero que tenhamos também, por outro lado, o 4º poder potenciado com jornalistas aguçando o faro investigativo. Já que notícia criminis continuaremos a ler, que cada ente faça o seu trabalho.

**Comunicóloga, Deputada da Assembleia da República pela Bancada da Renamo.*



Eu!

Sempre odiei as pessoas que fazem os seus discursos na primeira pessoa do singular. Infelizmente, estou condenado a viver com essas pessoas todos os dias, de manhã, à tarde, à noite, em qualquer tasca onde eu beba. Acontece que eu gosto muito de beber nas tascas. E nas tascas eu gosto de estar sozinho para que ninguém me incomode. Porque eu gosto do meu silêncio, da minha solidão e preservo muito o que eu vejo, o que os meus semelhantes fazem quando estão no meio da embriaguez

absoluta: Riem-se alto, falam alto, percebem mais de futebol do que José Mourinho, percebem mais dos recursos minerais do que Guebuza, falam mal das mulheres, o pior ainda das amantes, só falam bem dos filhos quando é para dizer que o filho é doutor, e nunca ninguém diz que o filho é ladrão. No entanto, todos nós sabemos que metade das boas famílias, em cada cinco filhos tem três ladrões.

Eu odeio as pessoas que fazem discurso na primeira pessoa do singular, do género: “Eu quando cheguei disse; Quando meu filho fez licenciatura eu disse...” Mas no fundo

caio na mesma asneira: faço as minhas crónicas na primeira pessoa do singular. Sempre pensei que isso me aproximaria mais dos meus leitores, mas estou a pagar caro. Eu tento explicar que quando digo eu, eu, eu, não estou a falar propriamente de mim. Na verdade, se eu bebesse tanto, se eu fumasse tanta soruma, se eu dormisse com tantas prostitutas, se eu levasse tanta porrada com a mulher em casa, eu não estaria vivo. Mesmo que fosse o Flash Gordon!



carlosserra_maputo@yahoo.com
http://www.oficinadesociologia.blogspot.com

326

A história repete-se duas vezes

A história repete-se duas vezes. No decorrer da luta de libertação nacional no nosso país, círculos coloniais difundiram a tese de que a Frelimo era uma mera marionete movida pelos cordéis manipulados por tenebrosas potências estrangeiras. Por outras palavras: a Frelimo não pensava autonomamente, apenas podia ser pensada por essas potências. Hoje, independentes, confrontados com novas gerações críticas, com novas formas de pensar a vida e o futuro, certos

círculos nacionais defendem a tese de que tudo isso é produto de mãos externas e, em última análise, de tenebrosos interesses estrangeiros. Por outras palavras: uma vez mais pretende-se negar aos Moçambicanos o direito ao pensamento autónomo. Escreveu Marx no século XIX: “Hegel observa algures que todos os grandes eventos e personagens históricos repetem-se por assim dizer duas vezes. Esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa.”



A TALHE DE FOICE

Por Machado da Graça

O elástico

Os acontecimentos dos últimos dias, e que são o culminar de todo um clima de tensão, que se vem agravando há meses, mostram-nos um Governo descontrolado e claramente incompetente para guiar o rumo do país.

Quando falo em incompetência não quero dizer que não há ministros competentes, tecnicamente, nas suas respectivas áreas. Quero dizer que o Governo, no seu conjunto, e a sua liderança, se mostram completamente incapazes para traçar os caminhos colectivos do país.

E isso deriva, sem margem para dúvida, de uma inflexibilidade arrogante que, não tendo argumentos políticos para responder aos problemas, que vão surgindo, adopta sistematicamente a saída da repressão violenta, nomeadamente através do envio da FIR para as ruas.

Só que essa FIR, que se mostra tão valente quando tem que enfrentar e reprimir manifestantes desarmados, bate recordes mundiais de velocidade ao fugir, quando sente assobiar, junto às orelhas, as verdadeiras balas de chumbo. Foi o que aconteceu, recentemente, na Gorongosa onde, na versão do próprio comandante da unidade policial, 17 dos seus homens se feriram ao fugir da Renamo, deixando no terreno os dois blindados em que se deslocavam. Isto depois de terem sido os homens da FIR os primeiros a disparar.

Cena tragicómica!

O episódio de Tete em que os polícias de uma esquadra foram beber uns

copos, deixando armamento e munições ao alcance de qualquer um, é mais uma prova deste desgoverno que nos governa. O facto de os polícias, ao descobrirem que armas e munições tinham sido roubadas, terem desatado aos tiros, provocando o pânico na população, mostra por onde andam os níveis de disciplina naquela corporação.

E, por fim, a tentativa boçal de intimidação dos profissionais da saúde, em greve, com a detenção do Presidente da Associação Médica, o Dr. Arroz, é mais um exemplo, gritante, de quem não consegue dialogar com ninguém a não ser através da imposição, violenta e ilegal, das suas decisões arbitrarias, tenha ou não tenha razão.

É claro que uma tal atitude não podia levar a outra coisa que não fosse o reforço da decisão dos profissionais da Saúde de levarem em frente a sua luta. A que, se eu não estiver muito enganado, veremos juntar-se a classe dos professores, e mesmo dos polícias, a relativamente curto prazo.

A paciência das pessoas está a esgotar-se rapidamente. Mesmo aqueles que sempre foram dando ao Governo o benefício da dúvida estão agora dispostos a sair à rua para gritar a sua indignação. Quando se estica, sistematicamente, um elástico, ele acaba por se começar a romper e, por fim, quebrar completamente. No nosso caso, o elástico já está, visivelmente, a romper. Quanto tempo demorará a partir completamente, não sei. Mas sei que um elástico que se parte não volta a poder ser colado...

A prisão do Dr. Jorge Arroz por alegada "sedição"

— analisada pelo Dr. João Carlos Trindade, Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo, Jubilado

Ainda sobre o crime de SEDIÇÃO, que, alegadamente, teria fundamentado a detenção do Presidente da Associação Médica de Moçambique, Dr. Jorge Arroz, na noite de 26 de Maio corrente, convém prestar atenção ao que dispõe o artigo 179 do Código Penal em vigor:

“Aqueles que, sem atentarem contra a segurança interior do Estado, se ajuntarem em motim ou tumulto, ou com arruído, empregando violências, ameaças ou injúrias, ou tentando invadir qualquer edifício público, ou a casa de residência de algum funcionário público: 1º, para impedir a execução de alguma lei, decreto, regulamento ou ordem legítima da autoridade; 2º, para constranger, impedir ou perturbar no exercício das suas funções alguma corporação que exerça autoridade pública, magistrado, agente da autoridade ou funcionário público; 3º, para se eximirem ao cumprimento de alguma obrigação; 4º, para exercer algum acto de ódio, vingança ou desprezo contra qualquer funcionário, ou membro do Poder Legislativo, serão condenados a prisão até um ano, se a sedição não for armada.

1º - Se a sedição for armada, aplicar-se-á a pena de prisão.

2º - Se não tiver havido violências, ameaças ou injúrias, nem tentativa de invasão dos edifícios públicos ou da casa de residência de algum funcionário público, a prisão não excederá a seis meses na hipótese do artigo e a um ano na do parágrafo antecedente.

..... “

- Da simples leitura do dispositivo legal extraem-se facilmente as seguintes conclusões:

Em termos substantivos:

- A reunião dos representantes de uma classe profissional, numa sala da sede da sua organização e no exercício do direito constitucional à greve, não se pode confundir com motim ou tumulto. Além disso, para que se verificasse o crime, seria necessário reunir indícios suficientes de que os actos praticados (o ajuntamento em tumulto ou motim...) se destinavam a qualquer dos fins indicados no preceito incriminador: 1 - impedir a execução de alguma lei, decreto, regulamento ou ordem legítima da autoridade; 2 - constranger, impedir ou perturbar no exercício das suas funções alguma corporação que exerça autoridade pública, magistrado, agente da autoridade ou funcionário público; 3 - eximir-se ao cumprimento de alguma obrigação; ou 4 - exercer algum acto

de ódio, vingança ou desprezo contra qualquer funcionário ou membro do Poder Legislativo. Ora, não se afigura, de todo, que tenha sido possível alcançar tais indícios.

Em termos processuais:

- O crime de sedição, tal como tipificado no Código Penal, é um crime de execução colectiva, pelo que não se compreende que só o Dr. Arroz tenha sido detido, invocando-se flagrante delito. Todas as pessoas que estavam reunidas com ele no momento da detenção deveriam ter sido igualmente conduzidas à esquadra para responderem pela mesma imputação;

- Se a detenção se deu “em flagrante delito”, como revelou o porta-voz da Polícia, como se compreende que tenha sido emitido um mandado de captura prévio? Nesse caso, seria dispensado o mandado, pois, “em flagrante delito a que corresponda pena de prisão todas as autoridades ou agentes da autoridade devem, e qualquer pessoa do povo pode, prender os infractores” (artigo 287º do CPP);

- Ainda que se admita a remota possibilidade de terem existido indícios suficientes e de a reunião dos grevistas poder ser qualificada de tumulto ou motim, sempre seria irregular a captura, se o respectivo mandado não respeitasse (como parece ter sucedido, pelos relatos da comunicação social) os requisitos formais do artigo 295º do Código de Processo Penal (CPP) vigente, maxime, do seu nº 2 (“a indicação do facto que motivar a prisão, ou desse facto e das circunstâncias que, nos termos do artigo 291º, justificam a captura”). Neste caso, ter-se-ia, inclusivamente, violado o disposto no nº 3 do artigo 64 da Constituição;

- Tendo em conta que ao crime caberia, na pior das hipóteses, a pena de prisão até um ano, tudo o que a Polícia poderia, legalmente, ter feito após a condução do “arguido” à Esquadra era notificá-lo para se apresentar no tribunal competente no dia seguinte, para eventual julgamento em processo sumário, e não conduzi-lo para uma cela, pois nos crimes punidos com pena de prisão não superior a um ano não é permitida a prisão preventiva (artigo 286º do CPP).

Em resumo, mais uma vez a Polícia revelou ineptidão e falta de competência no cumprimento das normas processuais, sendo legítimo supor que os reais motivos da detenção tenham sido outros, que não aqueles que, de forma atabalhoada, foram tornados públicos.

*Texto publicado na página do autor no Facebook



SACO AZUL |

Por Luís Guevane

Consciência de uma África unida

A consciência da existência de uma África unida, por parte dos africanos, é ainda um ideal a atingir. Mais rapidamente se percebe que essa consciência tem sido retardada por uma série de factores. Das cúpulas governativas emerge um discurso viável e congregador para essa mesma elite: o da existência de uma África unida. É um discurso, de convicção duvidosa, que começa e termina no topo do poder. Embora repetitivo torna-se efémero e inconsistente. Serve mais para assinalar ou adequá-lo a uma data comemorativa como, por exemplo, o dia de África (25 de Maio).

A consciência de uma África unida não passa simplesmente pela existência de

uma “União Africana”, como instituição defensora e promotora da unidade e solidariedade entre os africanos. Passa também, pela adopção de modelos de desenvolvimento que sejam inclusivos e tenham, à partida, uma concepção e ascendência maioritariamente endógenas. Esses modelos constituem-se como um forte Calcanhar de Aquiles, na medida em que as características da pobreza, em termos gerais, condicionam o comportamento das elites africanas, no poder, na produção de uma agenda nacional que contrarie de modo sustentável o forte e seguro avanço do considerado “neocolonialismo”.

A “fúria” dos monopólios, tal e qual a águia que se apropria de tudo o que lhe interessa e leva para o seu ninho, não será facilmente contida a curto e médio prazos. A ideologia economicista,

nutrida por governantes esfarrapados de patriotismo, servirá simplesmente para engrandecer o poderio financeiro, económico e diplomático dessa mesma águia. Induz-nos isto a perceber que não são os pessimistas e nem os optimistas, e muito menos os alarmistas, os que alterarão o padrão menos recomendável de governação em muitos países africanos. É que, na maior parte dos países africanos, esses académicos não são bem vistos, são um incómodo para os sistemas governativos corruptos, retardam a “formação de uma burguesia” à moda africana, simplesmente não são ouvidos.

Os governantes no poder falam em equidade na distribuição de riqueza nacional e os académicos insistem na redistribuição. O povos acompanham o debate com o estômago a rugir de

fome e uma lágrima de esperança a descer pela face. Ainda há esperança de um dia os olhos se abrirem.

Cá entre nós:

consciência da existência de uma África unida tem barreiras por vencer. Os vários impactos dos conflitos político-militares fortificam mais os aspectos de desunião que de união.

As aparências de uma África unida são de necessária valorização nos discursos políticos para que, paulatinamente, os africanos se sintam africanos do ponto de vista político. Mais do que isso, espera-se que alcancem ou sejam bafejados pelos benefícios da unidade e solidariedade entre os povos.



Conectando o seu negócio pelo mundo digital

O internet Banking Corporate do Barclays proporciona-lhe uma vasta gama de soluções práticas e inovadoras para ajudar o seu negócio a crescer.

Para mais informações dirija-se à agência mais próxima.

Internet Banking
Corporate

 **BARCLAYS**

Jogos Africanos -2011: COJA continua devedor

Por Paulo Mubalo

Mesmo depois de o antigo ministro da Juventude e Desportos do nosso País, Pedrito Fulede Caetano ter afirmado, em Agosto do ano passado, que o Governo iria assumir e fechar, num curto espaço de tempo, todas as dívidas do Comité Organizador dos Jogos Africanos (COJA), avaliadas em 300 milhões de meticais, até ao momento a situação mantém-se. Mais ainda: contrariamente a assumpção daquele antigo governante, este órgão ainda não encerrou as portas. Porém, Manuel Pene, funcionário sénior do COJA, desdramatiza a situação e diz que tudo está sob controlo a julgar pelo entendimento a que se chegou com as empresas.

Pedrito Fulede Caetano, antigo ministro da Juventude e Desporto (foi substituído por Fernando Sumbana Júnior), garantiu, ano passado à im-

prensa, que o COJA iria, ainda no decorrer daquele período, fechar as contas relativas às dívidas contraídas com algumas empresas e instituições, na altura avaliadas em 300 milhões de meticais.

Mas enganou-se quem pensou que tal afirmação correspondesse à verdade, pois, muitos organismos e empresas continuam à espera de receber o que lhes é devido.

Num passado recente, o ministro das finanças, Manuel Chang, disse que continuava à espera de receber o relatório e contas do Coja.

Para já, importa recordar que os Jogos Africanos de 2011 foram realizados na cidade de Maputo e Gaza, entre os dias 3 a 18 de Setembro, em substituição de Lusaka, Zâmbia, que desistiu de organizar o evento por alegada falta de recursos financeiros.

O custo total dos jogos foi sofrendo várias alterações mas, para se ter uma ideia do dinheiro gasto, basta assinalar que a reabilitação do pavilhão do Maxaquene, a catedral do nosso basquetebol, custou cerca de

3 milhões de dólares.

As obras da arena do Costa do Sol, recinto que acolheu a modalidade de voleibol, custaram aos cofres do Estado mais de 27 milhões de meticais.

As obras (reabilitação) do pavilhão do Estrela Vermelha custaram cerca de 19 milhões de meticais.

Entretanto...

O Governo moçambicano disse que iria assumir as dívidas do Comité Organizador dos Jogos Africanos (COJA) de cerca de 300 milhões de meticais e encerrar este órgão em breve, isto em 2012.

Esta garantia foi dada pelo antigo ministro da Juventude e Desportos, Pedrito Caetano, que falava, à margem da 4ª Conferência Anual da Juventude, encontro que visava debater e propor soluções para os problemas que afligem esta camada social.

Trata-se de aproximadamente 300 milhões de meticais, uma dívida que o COJA contraiu nos contratos

de prestação de serviços aos X Jogos Africanos, realizados em Maputo e Gaza, em Setembro de 2011. Cerca de um ano e meio depois, "o COJA continua no activo e com encargos financeiros ao Estado, uma vez que não pode ser extinto sem que as contas estejam fechadas e a bater certo", segundo publicou, na altura o jornal o País.

O que diz o COJA

O SAVANA ouviu, via telefone, um quadro sénior do COJA, Manuel Pene, que desdramatizou totalmente a situação. Entre outras coisas, Pene disse não estar em condições, pelo menos naquele momento, de quantificar ou revelar os valores que o COJA deve a algumas instituições, mas deixou claro que o processo é pacífico e que num horizonte temporal relativamente curto esta situação será ultrapassada.

Ante à nossa insistência, Pene explicou que não podia avançar com datas ou prazos para a solução definitiva do problema, mas que o im-

portante é que esforços estão a ser feitos para que tal aconteça. "Nós não nos furtamos de dar informação, as dívidas foram identificadas e estamos dependentes do SISTAF. Que fiquem sossegados, está-se a trabalhar no assunto".

Sabe-se que durante os Jogos Africanos muitas foram as instituições e pessoas que se queixaram em relação à forma como os jogos foram sendo geridos.

Com efeito, algumas federações nacionais afirmaram, vezes sem conta, que alguns itens que constavam da lista do material desportivo recebido pelo Comité Organizador dos Jogos Africanos eram falsos. A Federação de Karaté é uma das que se queixou de falta de honestidade por parte do COJA.

Para além do Karaté, a Federação de Voleibol também reclamou a devolução do dinheiro por parte do COJA.

A meta é regressarmos ao Moçambola-2014

— Abílio Sivango, do Estrela Vermelha

Por Zaquau Massala

O director do departamento de futebol do Clube Estrela Vermelha, Abílio Wiliam Sivango, mais conhecido nos meandros desportivos por Belito, disse, numa entrevista ao SAVANA, que um dos grandes objectivos do plantel para este ano é ganhar o campeonato da cidade, e quiçá, a poule de apuramento por forma a regressar ao Moçambola de 2014. Aquele dirigente reconhece as dificuldades que o seu clube vai enfrentar, mas está mais optimista do que nunca. Ou seja: que se cuide o Desportivo de Maputo, o maior obstáculo no campeonato da cidade. Segue-se a conversa.

Quais são as perspectivas do Estrela Vermelha para este ano?

-Olha, é muito difícil falar de todas as perspectivas do Estrela Vermelha, mas para não fugir à sua pergunta, a nossa equipa está apostada, numa primeira fase, em ganhar o

campeonato da cidade de Maputo, assim como lograr o apuramento para o Moçambola de 2014. Nós queremos vencer a poule de apuramento que é a fase mais crucial. Esta é, em resumo, a maior aposta para este ano.

O Estrela Vermelha está a comandar a classificação com quatro pontos de avanço sobre o Desportivo de Maputo. Qual é o segredo do sucesso?

-Bom, eu não iria falar do segredo da equipa técnica, mas sim da humildade, do comportamento da direcção e dos próprios jogadores. O próprio presidente do clube é uma pessoa que acompanha de perto todas as nossas actividades desportivas e isso é muito bom. Aliás, reina no clube um ambiente de trabalho muito saudável, isso porque existe uma convivência sã entre os jogadores, dirigentes e massa associativa, para além de que as condições de trabalho são muito boas.

Podemos contar com o Estre-

la Vermelha no Moçambola de 2014?

-Eu não posso afirmar que o Estrela Vermelha já está no Moçambola, mas sim que temos as condições criadas para ganharmos o campeonato da cidade e quiçá a poule de apuramento.

Continue...

- Bem, tudo depende da própria equipa do Estrela Vermelha, sei que nos vamos deparar com várias dificuldades ao longo do campeo-



Abílio Sivango

nato, assim como na poule de apuramento de Moçambola para 2014, mas tudo faremos para contornar os obstáculos.

Que acha do plantel de Estrela Vermelha, foi ou não reforçado?

-Certamente, já foi reforçado. Para este ano, por exemplo, a equipa do Estrela Vermelha conta com jogadores com estatuto reconhecido a nível nacional. Só para dar uma ideia, temos os préstimos de Genito, Leonel, Ivan, Jordão, Fretas, entre outros.

Onde é que o Estrela Vermelha foi buscar esses jogadores?

- Parte desses jogadores vêm do Mahafil, outros de Chibuto, por aí em diante.

Quais são os grandes adversários do Estrela Vermelha?

-Nós não temos grandes adversários, os nossos adversários são todas as equipas que jogam connosco.

Sei que todas as equipas são adversárias, mas existe o Desportivo

-Os nossos adversários são o Des-

portivo, Mahafil, Vulcano, 1º de Maio, Académica por aí em diante.

O que significa, para si, o facto de o Estrela Vermelha continuar fora do Moçambola?

-Em 2012 e nos anos anteriores o Estrela Vermelha não se assumia publicamente como sério candidato à conquista do campeonato, porque o nosso objectivo era de restaurar a equipa técnica. Chegamos a trabalhar com três técnicos, por sinal todos do clube, nomeadamente, Rosário, Charica e Mateus, e os resultados foram muito positivos. Portanto, esperamos que para este ano o campeonato continue a decorrer da melhor forma e que os resultados continuem satisfatórios. Até porque ainda não tivemos nenhuma derrota nem empate. Com esses resultados queremos manter o espírito ganhador, queremos continuar a encarar todos os jogos com muita seriedade por forma a atingirmos os nossos objectivos.



PUTCO

O mais confortável e seguro

Jornal SAVANA chega a todo sul do País com transportes PUTCO, Moçambique Avenida de Moçambique Nº 560/16 E Tels: 21 497533,82 4739310 ou 84 3996940 Temos carreiras diárias ida e volta a partir de Maputo: Chókwè, Xai-xai, Manjacaze, zavalá, e Inhambane



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
 INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO AGRÁRIA DE MOÇAMBIQUE
 DIRECÇÃO DE PLANIFICAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 UNIDADE GESTORA EXECUTORA DAS AQUISIÇÕES - UGEA

Tel 21460180 Fax: 21 461581

Anúncio de Concurso de Obras

1. O Instituto de Investigação Agrária de Moçambique convida as empresas interessadas para apresentarem propostas, fechadas, para a realização de **Obras de Remodelação de Instalações e sua Conversão em Laboratório Pós-Colheita** na Estação Agrária de Umbelúzi.

2. Os concorrentes interessados poderão obter mais informações, examinar os Documentos de Concurso ou levantá-los na Direcção de Planificação Administração e Finanças – UGEA/Aprovisionamento, Avenida das FPLM n° 2698, pela importância não reembolsável de 1.500,00 MT para cada conjunto.

3. O período de validade das Propostas será de 60 dias.

4. As propostas deverão ser entregues no endereço abaixo até às 10:00 horas do dia 18/06/2013 e serão abertas em sessão pública, no mesmo endereço, às 10:30 na presença dos Concorrentes que desejarem comparecer:

Direcção de Planificação Administração e Finanças, Aprovisionamento - UGEA, Avenida das FPLM n° 2698 Maputo-Cidade.

6. As propostas deverão ser acompanhadas de uma garantia provisória no valor de 15.000,00 MT, válida pelo prazo de 90 dias.

5. O Concurso será regido pelo Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, aprovado pelo Decreto n° 15/2010, de 24 de Maio.

Maputo, aos 22 de Maio de 2013

O Chefe da UGEA

Ilegível

O Barclays oferece-lhe a melhor taxa do mercado para realizar os seus sonhos

O Barclays ajuda-o a alcançar os seus sonhos e aspirações concedendo empréstimos à taxa de juros de 19%, uma das melhores no mercado.

Para mais informações dirija-se à agência mais próxima.

Crédito Pessoal

 **BARCLAYS**

“O prémio não me desvia”

O vencedor do prémio literário mais importante da criação literária da língua portuguesa é o escritor moçambicano autor de livros como *Raiz de Orvalho*, *Terra Sonâmbula* e *A Confissão da Leoa*. É o segundo autor de Moçambique a ser distinguido, depois de José Craveirinha em 1991.

O júri justificou a distinção de Mia Couto tendo em conta a “vasta obra ficcional caracterizada pela inovação estilística e a profunda humanidade”, segundo José Carlos Vasconcelos, um dos jurados. A obra de Mia Couto, “inicialmente, foi muito valorizada pela criação e inovação verbal, mas tem tido uma cada vez maior solidez na estrutura narrativa e capacidade de transportar para a escrita a oralidade”, acrescentou Vasconcelos. Além disso, conseguiu “passar do

local para o global”, numa produção que já conta com 30 livros, que têm extravasado as suas fronteiras nacionais e tem “tido um grande reconhecimento da crítica”. Os seus livros estão, de resto, traduzidos em duas dezenas de línguas. Mia Couto disse-se “surpreendido e muito feliz” por ter sido distinguido com o 25º Prémio Camões, num dia que, revelou, não lhe estava a correr de feição. “Recebi a notícia há meia hora, num telefonema que me fizeram do Brasil. Logo hoje, que é um daqueles dias em que a gente pensa: vou jantar, vou deitar-me e quero me apagar do mundo. De repente, apareceu esta chamada telefónica e, obviamente, fiquei muito feliz”, comentou o escritor, sem adiantar as razões.

No entanto, esta distinção não o vai desviar do seu novo romance,

sobre Gungunhana, personagem histórico de Moçambique. “O prémio não me desvia. Estou a escrever uma coisa que já vai há algum tempo, um ano, mais ou menos, e é sobre um personagem histórico da nossa resistência nacionalista, digamos assim, o Gungunhana, que foi preso por Mouzinho de Albuquerque, depois foi reconduzido para Portugal e acabou por morrer nos Açores”, disse Mia Couto. “Há naquela figura uma espécie de tragédia à volta desse herói, que foi mais inventado do que real, e que me apetece retratar”, sublinhou.

Nascido em 1955, na Beira, no seio de uma família de emigrantes portugueses, Mia Couto começou por estudar Medicina na Universidade de Lourenço Marques (actual Maputo). Integrou, na sua juventude, o movimento pela independência de Moçambique do colonialismo português. A seguir à independência, na sequência do 25 de Abril de 1974, interrompe os estudos e vira-se para o jornalismo, trabalhando em publicações como *A Tribuna*, *Tempo* e *Notícias*, e também a Agência de Informação de Moçambique (AIM), de que foi director.

Em meados da década de 1980, regressa à universidade para se formar em Biologia. Nessa altura, tinha já publicado, em 1983, o seu primeiro livro de poesia, *Raiz de Orvalho*.

“O livro surgiu em 1983, numa altura em que a revolução de Moçambique estava em plena pujança e todos nós tínhamos, de uma forma ou de outra, aderido à causa da independência. E a escrita era muito dominada por essa urgência política de mudar o mundo, de criar um homem e uma sociedade nova, tornou-se uma escrita muito panfletária”, comentou Mia Couto em entrevista.

O Prémio Camões foi criado por Portugal e pelo Brasil em 1989, e actualmente com o valor monetário de cem mil euros, este é o principal prémio destinado à literatura em língua portuguesa e consagra anualmente um autor que, pelo valor intrínseco da sua obra, tenha contribuído para o enriquecimento do património literário e cultural da língua comum. A.S



Estou a escrever uma coisa que já vai há algum tempo, um ano, mais ou menos, e é sobre um personagem histórico da nossa resistência nacionalista, o Gungunhana

CCFM acolhe dança moderna-jazz

O Centro Cultural Franco-Moçambicano acolhe no dia 1 de Junho, às 18 horas um espectáculo de produção conjunta da Marcelle’s Modern-Jazz Experience da Escola Francesa de Maputo e da Dance Crew da Escola Americana Internacional de Maputo. “Escola de Arte de Maputo relata uma história de amor entre dois adolescentes, de diferentes níveis sociais, que estudam dança e cantam numa escola de arte fictícia em Maputo: a partir do momento de amor à primeira

vista durante uma aula de Hip-Hop até a declaração de amor, depois de ter passado pela pressão dos respectivos grupos de amigos, a disputa, e finalmente a reconciliação”, explica Marcelle Claquin.

Marcelle Claquin é uma dançarina Francesa, de origem do Congo Brazzaville. Marcelle praticou a dança moderna-jazz como amadora durante mais de 25 anos. Nos últimos 12 anos, Marcelle teve a felicidade e o privilégio de transmitir a sua paixão às crianças e adolescentes nas oficinas de dança que ela orga-

nizava, em vários países africanos, como voluntária. Pelo terceiro ano ao CCFM, Marcelle tem o prazer de apresentar, junto das 28 dançarinas da Escola Francesa de Maputo, o produto da Marcelle’s Modern-Jazz Experience, que resulta de influências Afro-Modern-Jazz-Hip Hop e mais.

O Dance Crew, de Escola Americana, começou em 2010 quando um dos pais na escola contratou dois professores de dança, o Dickson e o Jackson, para dar treinos aos seus filhos e colegas para o show de ta-

Poemas porque fomos à 6ª Esquadra

Primeiro levaram os negros.
Mas não me importei com isso.
Eu não era negro.
Em seguida levaram alguns operários.
Mas não me importei com isso.
Eu também não era operário.
Depois prenderam os miseráveis.
Mas não me importei com isso.
Porque eu não sou miserável.
Depois agarraram uns desempregados.
Mas como tenho meu emprego, também não me importei.
Agora estão me levando.
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém

Ninguém se importa comigo.

- Bertold Brecht (1898-1956).

Na primeira noite, eles se aproximam e colhem uma flor de nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não se escondem, pisam as flores, matam nosso cão.
E não dizemos nada.
Até que um dia, o mais frágil deles, entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a lua, e, conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da garganta.
E porque não dissemos nada, já não podemos dizer nada.

- Maiakovski, poeta Russo.

Um dia vieram e levaram meu vizinho que era judeu.
Como não sou judeu, não me incomodei.
No dia seguinte, vieram e levaram meu outro vizinho que era comunista.
Como não sou comunista, não me incomodei.
No terceiro dia vieram e levaram meu vizinho católico.

Como não sou católico, não me incomodei.
No quarto dia, vieram e me levaram;
já não havia mais ninguém para reclamar...

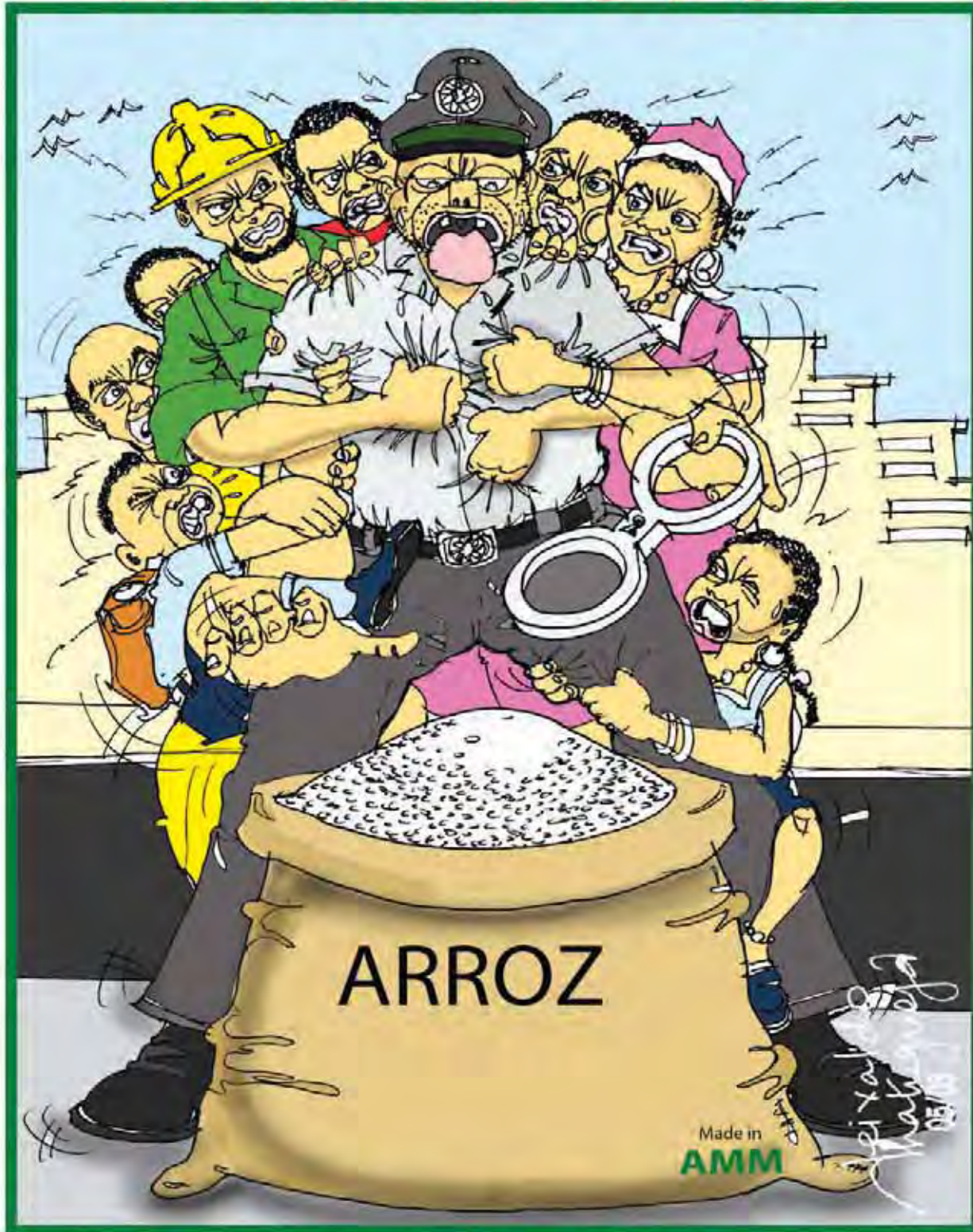
- Martin Niemöller, 1933
- símbolo da resistência aos nazistas.

lentos na Escola Americana. Vendo que estas aulas ganharam mais interesse por parte dos alunos e os seus pais em 2011 decidiu expandir o projecto para a Escola Americana para que todas as crianças que estivessem interessadas pudessem participar no evento e aprender vários

tipos de dança. É esse projecto que até hoje abala a escola Americana é conhecido por Dance Crew. Neste momento o Dance Crew é liderado por Dickson Neves com a Assis-tência da Sheila Marisa.

A.S

É PROIBIDO PÔR



ALGEMAS NO "ARROZ"

SACANA

SUPLEMENTO HUMORÍSTICO DO SAVANA Nº 1012 • 31 DE MAIO DE 2013

SEDIÇÃO

A notícia da semana foi, sem dúvida, a detenção do Dr. Jorge Arroz, o Presidente da Associação dos Médicos, neste momento em greve.



Ele é culpado de sedição!



CASAS DE BANHO

As casas de banho e os respectivos equipamentos são hoje necessidades vitais da vida moderna.

Mas nem todas são iguais. Variam muito com os gostos e as possibilidades dos seus donos.

Sempre na tentativa de ajudar os seus leitores, o SACANA aqui envia algumas sugestões:

- 1 - Para empresário de sucesso rápido e mal explicado;
- 2 - Para quem gosta do seu conforto em todas as ocasiões
- 3 - Para quem não gosta de incomodar os outros para ir à casa de banho a meio de um espectáculo;
- 4 - Para quem está de diarreia e pode necessitar a qualquer momento;
- 5 - Para a Associação dos Músicos.





NO INFORMAL

Fernando Manuel (texto)

Naita Ussene (Fotos)

Sou moçambicano, sou de Murrupula

É natural que eu diga e defenda a tese de que sou de Murrupula. Murrupula fica em Nampula. O que eu nunca digo é que nasci lá por mero acaso. Ou seja, porque o meu pai era funcionário do Estado e estava em Murrupula a trabalhar. Também não se pode negar que um Tchembene possa ser natural de Murrupula. Tal como há Tembes na África do Sul, em Kwazulu Natal, tal como há Matolas nascidos em Niassa e que se assumem como de Niassa.

Ora, por natureza os Matolas são marongas e em Niassa o que existe são ajauas. Nego muitas vezes quando me chamam manhambana. Não é por ser tribalista, é que vindo bem a província de Inhambane alberga umas três ou quatro tribos importantes: tem machopes, tem bitongas, tem matsuas, tem mandhlas e até mandaus. Agora como é que vou me assumir como manhambana? O que significa manhambana?

O Daniel da Costa, meu grande amigo, publicou um livro a que deu o título de xingondo. É pena, ele entendeu mal o que significa xingondo. Tal como muita gente entende mal o que é xingondo. Xingondo não significa necessariamente ser do norte do rio Save. Xingondo é da província de Cabo Delgado, lá em cima no planalto de Mueda, onde a água nunca chegou. Xingondo vem de ngondo, que significa guerra, lume. E as canções da Frelimo retratam muito bem isso. Tal como no Sul, qualquer pessoa do Centro chamava-se Xinguerengue.

Portanto, não há grandes diferenciações entre nós. Moçambique é um país único e não vamos fazer grandes diferenciações com as palavras que usamos. Adivinhem onde foram tiradas essas fotos, mas acreditem, todas foram tiradas em Moçambique. Em Manica, Gaza, Nampula, Tete e Inhambane... Moçambique não é assim tão bonito, mas às vezes parece.





IMAGEM DA SEMANA

Foto Naíta Ussene



Max Tonela *fora* do BCI

Max Tonela, actual administrador financeiro da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB), já não fará parte da administração do Banco Comercial e de Investimento (BCI), onde deveria exercer, “na prática”, o cargo de vice-presidente da Comissão Executiva do segundo maior banco da praça.

Ao que o SAVANA apurou, Tonela terá sido pressionado ao mais alto nível a declinar o convite e permanecer na HCB, onde lidera o pelouro financeiro.

Abordado pelo jornal na tarde desta quinta-feira, Celso Correia, PCA do banco confirmou a não ida de Tonela ao BCI, mas negou que tal tenha a ver com “pressões ao mais alto nível”.

“O BCI viu a necessidade de reforçar a gestão com quadros nacionais, que tanto podiam vir de dentro como de fora. Consultamos o Max Tonela, que sempre esteve ligado à área financeira neste país e está a fazer um excelente trabalho na HCB. Ele fez as suas consultas. Como a HCB está a atravessar uma fase importante

e não quer mexer na sua equipa, ele não poderá vir para o BCI”, sublinhou Correia, que viu a sua posição reforçada na última Assembleia Geral do banco.

O líder do Grupo Insitec fez notar que há pelo menos três nomes por cima da mesa para preencher a vaga de Max Tonela, contudo recusou revelar as suas identidades. Uma das novas dinâmicas do banco é o reforço e promoção de moçambicanos nas directorias imediatamente abaixo do “board” do banco. Com uma passagem pelo Banco de Moçambique (BM), Max Tonela começou a ascensão na sua carreira como director financeiro da EDM (Electricidade de Moçambique) tendo sido destacado em comissão de serviço para a HCB, exercendo também funções de direcção na CEZA, a empresa criada para gerir o portfólio accionista resultante da compra da barragem a Portugal. Tonela, cujo nome não consta do “site” dos órgãos sociais do BCI era visto como o candidato a breve trecho a CEO do banco e por isso mesmo a nomeação de um “quadro cinzento” da CGD (Caixa

Geral de Depósitos) como PCE (Presidente da Comissão Executiva) da instituição.

Lembre-se que depois de ter conseguido um resultado histórico (37%), Ibrahimo Ibrahimo deixou o banco e para o seu lugar foi indicado Paulo Sousa (PCE), que exercia o cargo de director de financiamento imobiliário da CGD, o accionista maioritário do banco. João Jorge, outro moçambicano, e Duarte da Fonseca, administradores por parte do BPI (banco Português de Investimento) foram reconduzidos nos seus cargos executivos. Nelson Muianga, o actual vice-presidente da Insitec e visto como “delfim” de Celso Correia, também conservou o seu lugar no Conselho de Administração(CA). A substituição de Ibraimo causou celeuma e mal-estar entre os accionistas portugueses do banco que gostariam de ver o moçambicano reconduzido, não obstante haver a ideia que tal acção não era do agrado do governo de Moçambique. Este posicionamento nunca foi confirmado publicamente pelas partes envolvidas no assunto. (Redacção)

À HORA DO FECHO

Diz-se... Diz-se



- O sonho do parque transfronteiriço está por um fio. Cansados de tanta inércia do lado moçambicano, no país dos cunhados avança-se para a reposição do arame farpado. Os glutões das notas de mil em Massingir, civis e não civis, deitam contas à vida de como continuar a abater rinocerontes. Os cunhados, desesperados, estão a pensar nos “drones” do Obama para caçar moçambicanos.
- Sonhador está um pequeno banqueiro local, depois de receber notícias de um prémio em Marrocos. Não se sabe se é por estar mais vermelho que verde ou porque é a oposição conhecida aos pronunciamentos do sempre calmo chefe dos fatos escuros e bmw da 25 de Setembro. Será que vai receber parabéns da jovem veterana da luta armada?
- Sonhos, mas frustrados, são os do jovem tigre da banca. Depois de sonhar com a recomposição das suas tropas de elite, eis que alguém mais poderoso decidiu que o “press release” já não era e que uma badalada estrela emergente ficava mesmo pelas bandas onde o trabalho parece não ter acabado. Afinal quem é o patrão?
- Sem dono parece estar também um jovem de Tete mas que não trabalha só para Tete. O bom do generalista, que tem nome de cereal de apetência chinesa, está a dar cartas na revisitada sociedade civil moçambicana. Domingo à noite era só arroz no largo dos Acordos de Lusaka.
- Alice Mabota, uma das rainhas da noite, da noite de domingo, ali onde quase começa a Mafalala e onde pairam também os espíritos do poeta que exigiu a liberdade das saborosas tangerinas de Inhambane, lixada com a “sedição” não colectivizada pelos policiais, decidiu introduzir “sedução” como um novo crime. Resta saber se madame Talapa deixará passar os tais 50 anos para que um novo código dos crimes seja aprovado na escolinha do barulho.
- Não seduzidos estão os médicos de Quelimane, chateados com as propagandas manipuladas de que não há sinais de greve pela capital dos chuabos. Impulsionados pelo arroz que corria pela capital, os homens das batas brancas lá fizeram uma passeata mesmo nas barbas dos bosses. Só faltaram os táxis-bicicleta...
- De greve estão os tinteiros dos manos das federações, das gráficas e da Ponta Vermelha. O pessoal quer cartão de recenseamento e nada. Os tinteiros estão de costas voltadas para as impressoras. A imprensa do “tudo vai bem” diz que os trabalhos decorrem sem sobressaltos. Engana-me que eu gosto...
- Agora sabe-se das razões que levaram o partidão a dissolver o seu ninho. É que foi de lá onde foram soltas as informações que obrigaram o PCA da telefonia verde-amarela a vir a público desmentir notícias de que a mulher mais poderosa da Frel tinha imposto o seu genro para a substituir na cadeira que tinha de deixar vaga como consequência da aprovação da lei “dos de dentro e dos de fora”.
- Os comentadores formatados do partidão devem encontrar formas de preservar a sua integridade intelectual e não se deixarem cair no ridículo de dizerem babuzeiras que pensam que vão agradar os seus chefes. Depois do finca-pé de dois juristas televisivos contra as negociações entre o governo e a Renamo, eis que as duas delegações já acordaram na agenda, e estão já nas questões de substância, que conduzirão certamente a um acordo, mesmo que tal implique algumas mexidas na Constituição e na demais legislação.
- De igual modo em relação à linguagem vitriólica contra os médicos grevistas. Que imagem pública terão esses comentaristas depois do acordo que também irá certamente resultar das actuais negociações? Nestas coisas de política, um pouco de ponderação, moderação e equilíbrio não se desaconselha para quem quer preservar a sua integridade profissional muito para além das questões episódicas.

Em voz baixa

- Quando nas embaixadas se achava que não é má ideia um “fifty/fifty” (metade/metade) na distribuição dos recursos económicos do país, os homens da perdiz andam a surpreender tudo e todos. “O que queremos é distribuição equitativa para todos”. Mano, tá difícil nestes dias perceber o que se passa sem ter à mão o dicionário...

WebMasters Lda
E - Business | IT - Consulting | Networking

Contas de email com mobilidade para o seu negócio

Dúvidas? Ligue para: 827421450

iPhone

Android

Windows Mobile

IPAD

Colaboração online
Emails, Tarefas, Calendário, Agenda Partilhada

Mobilidade total
Sincronização total entre o seu computador e telemóvel

www.domains.co.mz
comercial@webmasters.co.mz
+258 21493056
Rua Kamba Simango nº 350 R/C
Maputo - Moçambique

Mais uma fábrica de cimento no país

Por Raul Senda

Arrencam, oficialmente, no próximo dia 10 de Junho, as operações da fábrica de cimentos, S&S CIMENTOS LDA, na zona industrial da Matola, província de Maputo. A S&S CIMENTOS LDA, uma sociedade de capitais moçambicanos, vai dedicar a produção de cimento de construção a fim de abastecer o mercado imobiliário que cresce dia a após dia em Moçambique. Fonte da sociedade diz que a nova fábrica, que em parte poderá minimizar os problemas de oscilação de stoks de cimento disponibilizado ao mercado, foi erguida com tecnologia de ponta, contornando qualquer risco de poluição ambiental. Segundo a mesma fonte a fábrica está dotada de um sistema de filtros e ciclones de captação de poeiras que impedem qualquer emissão aérea aos mesmo tempo que as re-

cicla para o processo de produção, obtendo, em conjunto com outras medidas, um processo de eco-ambiente saudável e que tende ao mais alto nível de exigência da legislação moçambicana. Para tal, fez-se investimentos em equipamentos da última geração, apostando-se na prestigiada marca alemã ThyssenKrupp. A fábrica cuja construção teve duração de 18 meses, nas suas operações privilegiará a mão de obra moçambicana. Segundo os gestores da companhia, a fábrica vai empregar de forma directa cerca de 100 trabalhadores para além de milhares de empregos que serão ganhos de forma indirecta. Esta unidade industrial tem capacidade para produzir perto de mil toneladas de Cimento Portland por dia, do tipo 32,5N e 42,5N, de alta qualidade, a ser fornecido em em-

balagens de 50 kg ou a granel. “Porque o tempo é precioso, o sistema de carregamento do cimento é extremamente eficaz e foi pensado tendo em conta a rapidez do mesmo”, disse a fonte. Para o efeito, segundo a nossa fonte, esta unidade industrial possui dois silos de armazenamento de cimento com capacidade para mil toneladas cada, o que permitirá maior versatilidade e rapidez no fornecimento aos clientes, podendo, ao mesmo tempo, carregar camiões com sacos e outros camiões com cimento a granel. O carregamento do cimento ensacado será efectuado através de dois tapetes rolantes retracteis, que transportam os sacos e assentam ao longo da plataforma do camião cavalo, permitindo o carregamento de 40 toneladas de cimento – 800 sacos, em menos de 40 minutos (2 camiões cavalo em simultâneo)



SAM lança 2ª edição do rótulo Malangatana



Por Nélia Jamaldine
Foto Illec Vilanculo

ASociedade de Águas de Moçambique, detentora da Água de Namaacha em parceria com a Fundação Malangatana valente Ngwenha fez o lançamento oficial da 2ª edição dos rótulos da Água da Namaacha com pormenores da obra do escritor Malangatana, nesta terça-feira na cidade de Maputo. A grande novidade desta edição é que foram produzidas garrafas diferentes das usuais no tamanho 1.5 l que dá maior ênfase e visibilidade

à obra do escritor, numa tonalidade mais escura de azul, exclusivamente para o uso do rotulo. Falando durante o lançamento, o director de marketing da Água Namaacha, Miguel Padrão, explicou que a referida edição vem lembrar e reviver a memória do mestre Malangatana e através desta iniciativa realizar um dos sonhos do grande mestre que é fazer chegar as suas obras para todas as pessoas independentemente das classes sociais, pois este representa um ícone

da cultura moçambicana. Por seu turno, o Administrador da Fundação Malangatana, Muthini Ngwenha, referiu que esta iniciativa traz a possibilidade de fazer chegar a vida em forma de obra do já falecido pintor para todos os moçambicanos. O administrador acrescentou ainda que a Fundação tem várias actividades entre as quais está agendada para o presente ano uma exposição virtual da vida e obra de Malangatana em Maputo, em

data a anunciar. Ngwenha acrescentou ainda que a divulgação da obra do mestre através dos rótulos da Água da Namaacha assume um carácter transversal, em termos da sociedade moçambicana, contribuindo para a elevação da sensibilidade estética e artística de todos e popularizando a cultura nacional. Lembrar que a Água da Namaacha, perspectiva para o seu futuro abraçar outros projectos que visem colaborar para a divulgação

e reforço da cultura moçambicana, aliando ícones culturais nacionais a marcas nacionais de excelência, contribuindo assim para o fortalecimento da imagem doméstica e internacional do país. A nova cara da garrafa será de uma edição limitada, numa produção de cerca de milhão e meio de rótulos, condicionando deste modo o prazo de circulação das garrafas pormenorizadas com a obra de Malangatana ao volume de consumidores e do mercado.

Durban com convidados de luxo

Por Edson Bernardo

O músico norte-americano, Snoop Lion, extreiu-se pela primeira vez em África, no dia 18 de Maio, em Durban, com o seu novo trabalho discográfico "Reincarnated". Este trabalho ilustra o novo rumo que o artista deu à sua vida como membro de uma sociedade civil. Snoop Lion descobriu uma nova forma de estar longe das armas, da vida perversa estimulada pela fama, para acompanhar o movimento rastafari, que fala de paz entre os povos e diz não à violência.

Kwazulu Natal, Durban, foi a cidade escolhida para a realização do primeiro MTV Base All Stars Concert, com a participação de grandes gurus da música africana. 2Face Idibia, Dbanj, Flavour, Fally Ipupa, Camp Mulla, Zakes Bantwini, Zahara, Big Nuz and Flavour, escolheram o melhor do seu repertório e cada um com o seu estilo fez vibrar o público, oriundo na sua grande maioria da cidade acolhedora, arredores e de outras partes de África. Snoop Lion, convidado de honra deste concerto, apesar de trazer uma nova roupagem do seu repertório,



Snoop Lion em Durban

nao deixou de cantar os seus hits mais badalados, o que fez toda a diferença para o público, que anos a fio tem acompanhado a sua carreira. Um concerto que representa o sucesso de África, assim como tam-

bém veio para mostrar a qualidade da organização, que fez um trabalho único para que aquele fosse um momento inesquecível.

Inesquecível foi também a cidade acolhedora, que não deixou de mostrar a sua beleza natural e de hipnotizar os turistas com a sua maravilhosa costa. A moderna Cidade de Durban não se intimida quanto à exposição da sua arquitectura e pôde responder às expectativas dos visitantes naquele que seria o fim-de-semana em que se celebrava a música africana. Desmond Golding, Director do Departamento de Desenvolvimento Económico e de Turismo de Kwazulu-Natal, disse na ocasião que Durban está na mira mundial como uma das cidades do futuro. Sendo assim "estamos a fazer um trabalho em conjunto com as várias entidades para tornar a nossa cidade mais atraente para investidores, turistas e para os nossos próprios cidadãos". "A parceria com a MTV Base foi um plano estratégico para podermos também mostrar a nossa recepção aos nossos visitantes e como Durban pode receber e acolher um espectáculo de grande envergadura".

Serviço electrónico corporate no Barclays

Por Nélia Jamaldine

O Barclays Bank Moçambique fez o lançamento oficial na passada quinta-feira, na cidade de Maputo, do seu mais novo serviço de Banca electrónica mais completo para o segmento corporate.

A grande novidade deste serviço é que traz funcionalidades inovadoras, mais modernas, com maior rapidez no uso das suas funcionalidades, com mais segurança para todos os clientes que fizerem o seu uso.

Com a banca electrónica corporate, os clientes poderão ter acesso a várias contas e serviços Bancários Barclays a nível de África, efectuar pagamentos de salários, fazer transacções de transferências internacionais, pagamentos de débito directo e ter a possibilidade de efectuar vários pagamentos através de um único ficheiro e muito mais.

O Barclays Bank Moçambique, membro do grupo do Barclays PLCI, oferece produtos e serviços que englobam todas as classes sociais no território Nacional, com a colaboração de cerca de mil funcionários distribuídos por mais de 50 agências em todo o país.

Hoje o Barclays Bank Moçambique é a 4ª Instituição Financeira de grande prestígio no País, provedor preferido de serviços e produtos financeiros, ao serviço de todos os seus parceiros entre eles clientes, trabalhadores, accionistas, governo e sociedade.

Actualmente, o serviço corporate do Barclay abarca o Descoberto Bancário, Leasing, Financiamento de Projectos, Funcionamento estruturado, Agro-indústria, Conta corrente, depósito a prazo, conta hedge e financiamento a propriedade comercial.

mediacoop reconhecida com diploma José Custódio

Por Edson Bernardo

A empresa moçambicana Mediacoop foi recentemente reconhecida pela AMEP – Associação Moçambicana de Empresa de Marketing, Publicidade e Relações Públicas, com o Diploma de Honra José Custódio, isto pelo seu contributo em prol da dignificação da comunicação social em Moçambique. O seu reconhecimento está igualmente relacionado a sua registada adesão, pela oferta de variado conteúdo relacionado com a sociedade civil, política e desporto nacional, assim como também com menção a notícias internacionais de destaque actual.

Foram juntamente reconhecidas as marcas Grupo Gungu e TVM -Televisão de Moçambique. Para Mário Ferro, Presidente da AMEP, este reconhecimento com o Diploma de Honra José Custódio, foi atribuído às empresas que contribuem e se distinguem no seu desempenho como comunicadoras de uma forma geral, em particular para a comunicação empresarial. Este momento fez parte da abertura do 8 Festival Internacional de Publicidade realizado de 27 a 30 de Maio, em Maputo.

Desde 2006, a penúltima semana

do mês de Maio tornou-se uma referência para os fazedores da publicidade, com a realização do Festival Internacional de Publicidade em Maputo, uma iniciativa da AMEP. Este, que é um evento anual, tem como objectivo promover o encontro entre as várias marcas publicitárias, promovendo os seus serviços. Desde o seu início em 2006, tem registado indicadores de crescimento na sua qualidade e crescimento. Em comparação com o ano transacto, o número de peças expostas cresceu cerca de 55%, para uma amostra de 361 peças, em relação as 233 apresentadas em 2012.

Em relação a este notável crescimento, Ferro comentou: "tendo em conta o número de peças expostas, isto representa um record para o festival, que mostra uma maior adesão ao evento. Por outro lado, o festival é de facto uma referência nacional e internacional que está em constante crescimento, outro indicador que enfatiza isso é a presença do grande publicitário brasileiro, reconhecido internacionalmente", referiu Edson Athayde, que proferiu uma palestra sobre as várias experiências e vivências que teve no ramo.

Edson Athayde, que também veio para presidir a mesa de júri que galardoou as melhores publicidades expostas no festival, disse na ocasião: "é necessário sempre uma análise do trabalho que as pessoas fazem, pois haverá uma evolução e é o que nós temos a fazer, ajudar com a nossa experiência na aceleração e evolução de um padrão actual para um bem melhor". Athayde reconhece que a actividade publicitária em



Vice-Presidente da AMEPE José Sola entrega o diploma ao PCA da Mediacoop Fernando Lima

África, especialmente nos países de expressão portuguesa, é uma actividade recente em relação aos países ocidentais, e que a junção destes trabalhos num único festival permite reconhecer a sua qualidade, assim como também impulsionar para novas ideias e novas perspectivas. Na sua palestra, Athayde fez menção à importância da persuasão publicitária, destacando: "nos dias recentes a informação alastra-se rapidamente, mas só se destacam

as informações de interesse público e pessoal e também as que têm um grande poder de persuasão".

De África, com pouca experiência que tem no continente, o publicitário diz que a sua curiosidade fez-lhe ficar bastante atento às questões culturais, às semelhanças como as suas diferenças, um ponto que pode contribuir bastante para o mundo da publicidade.

Nesta edição, estiveram expostas peças de empresas das Maurícias,

Moçambique, Portugal e Angola. São elas a Azabache (Moçambique), Back (Angola), BAR (Portugal), Circus (Maurícias), DDB (Moçambique), Fisher+Bus (Angola), Golo (Moçambique), Isenta (Angola), Kanguru (Moçambique), McCann (Portugal), Ogilvy (Portugal), OnMedia (Moçambique), P&P Link Saatchi & Saatchi (Maurícias), RedHouse Young Rubicam (Maurícias), Sumo (Portugal), e Young Network (Moçambique).

Redacção
Edson Bernardo
Maquetização
Hermenegildo Timana
Comercial
Benvinda Tamele
Telefone
(+258) 823051790

Preçário das Operações Correntes



Transacção /Serviços	Comissões e Outros Encargos	Preço em Meticals ¹			
		Balcão	BCI Directo		
			ATM	Banking Telephone	Mobile
Conta à ordem	Abertura	Grátis	-	-	-
	Inactividade ²	51,00	-	-	-
	Encerramento	Grátis	-	-	-
	Emissão de Saldo	25,50	-	Grátis	Grátis
	- Emissão de Saldo em ATM ligado à rede Ponto 24	-	5,00 ³	-	-
	- Emissão de Saldo em ATM ligado à rede Visa, fora da rede P.24	-	7,00 ³	-	-
	Emissão de Extracto de conta ou de Movimentos				
	- Extracto mensal	Grátis ⁴	-	Grátis	-
	- Extractos adicionais além de outros períodos	51,00	-	Grátis	-
	- Movimentos de conta	51,00	5,00 ³	Grátis	5,00 ³
Depósitos em conta	Depósito em numerário	Grátis	-	-	-
	Depósito em cheque	Grátis	-	-	-
	Levantamento de numerário em ATM da rede P. 24	-	7,00	-	-
	Levant. de numerário em ATM ligado à rede Visa, fora da rede P. 24	-	14,00	-	-
	Levantamentos de numerário em ATM da rede Visa no estrangeiro	-	120,00	-	-
	Levantamento de Moeda Estrangeira	1,70% (mín. 6,12 USD)	-	-	-
	Transferências				
	Transferência Intra-bancária (entre contas do BCI)	50,00	10,00	Grátis	-
	Transferência Interbancária (para outros Bancos)	255,00	30,00 ⁶	30,00	-
	Transferência para Telemóvel	-	10,00	-	10,00
Devolução de Transf. Interbancária por erro do Cliente	244,80	244,80	244,80	-	
Instruções Permanentes	Criação do Serviço	Grátis	-	Grátis	-
	Alteração do Serviço	Grátis	-	Grátis	-
	Cancelamento do Serviço	Grátis	-	Grátis	-
Pag. de Bens a terceiros	Pagamento de Serviços a terceiros	Grátis	5,00	Grátis	5,00
Pagamento de Serviços via Débito Directo	Pagamento de Serviços via Débito Directo	Grátis	-	-	-
	Devolução de Pagos. de Bens via Débito Directo por inactividade de fundos	Grátis	-	-	-
Cartão de Débito	Emissão de Cartão de Débito	150,00 ⁷	-	-	-
	Anuidade do Cartão Débito				
	- 1ª Anuidade do cartão Visa Electron/Cartão "Daki"	150,00	-	-	-
	- 2ª Anuidade do Visa Electron/Cartão "Daki" e seguintes	275,00	-	-	-
	- Anuidade do cartão Visa Electron BCI Universitário e "Tá-se"	Grátis	-	-	-
	Substituição do Cartão Débito	240,00 ⁸	-	-	-
	Colocação em lista negra	400,00	-	-	-
	Produção do Cartão Urgente	500,00	-	-	-
	Envio do Cartão da Agência de Domicílio da DO	300,00	-	-	-
	Alteração de PIN - ATM P24 (1ª alteração Grátis)	15,00	-	-	-
Manutenção do PIN anterior na emissão de novo Cartão	50,00	-	-	-	
Cartão de Débito Pronto a Usar	Pedido de 1º Cartão (Abertura de Conta)	Grátis	-	-	-
	Pedido de Cartão de Emergência	300,00	-	-	-
	Substituição do Cartão de Débito	240,00	-	-	-
	Colocação em lista negra	400,00	-	-	-
	Alteração de PIN - ATM P24 (1ª alteração Grátis)	15,00	-	-	-
Cartões de Crédito	Emissão Cartão de Crédito	150,00	-	-	-
	Anuidade do Cartão de Crédito				
	- 1ª Anuidade do Cartão TAKO	150,00	-	-	-
	- 2ª Anuidade do Cartão TAKO e seguintes	300,00	-	-	-
	- Anuidade do Cartão BCI Classic	600,00	-	-	-
	- Anuidade do Cartão BCI Gold	1.100,00	-	-	-
	- Anuidade do Cartão BCI Negócios/M. Empreendedora com Garantia Real	1.100,00	-	-	-
	- Anuidade do Cartão BCI Negócios/Mulher Empreendedora sem Garantia	1.600,00	-	-	-
	Substituição do Cartão de Crédito				
	- Perdido/Roubado/Deteriorado (reputável ao Cliente)	250,00 ⁹	-	-	-
- Deteriorado (caso não reputável ao Cliente)	Grátis	-	-	-	
Colocação em lista negra	400,00	-	-	-	
Produção do Cartão Urgente	500,00	-	-	-	
Envio de Cartão da Agência do domicílio da DO	300,00	-	-	-	
Cash Advance (levantamentos) - P24 e Visa	4,20% (mín. 122,40) ¹⁰	4,6% (mín. 122,40) ¹⁰	-	-	
Atraso de pagamento	195,00	-	-	-	
Alteração temporária do Limite de Crédito	320,00	-	-	-	
Limite de Crédito Excedido	120,00	-	-	-	
Emissão de segunda via de Extracto	120,00	-	-	-	
Alteração de PIN - ATM P24 (1ª alteração Grátis)	15,00	-	-	-	
Manutenção do PIN anterior na emissão do novo cartão	50,00	-	-	-	
Taxa de Juro Cartão Tako Anual/Mensal	47,88%/3,99%	-	-	-	
Taxa de Juro Cartão BCI Classic Anual/Mensal	37,20%/3,10%	-	-	-	
Taxa de Juro Cartão BCI Gold Anual/Mensal	38,88%/2,99%	-	-	-	
Taxa de Juro Cartão BCI Negócios/Mulher Empreendedora					
- Com Garantia Real (taxa anual)	Prime Rate +12pp	-	-	-	
- Sem Garantia Real (taxa anual)	Prime Rate +19pp	-	-	-	
Serviço de Alerta SMS Per Cartão	Universal	350,00 ¹¹	-	-	-
	Nacional	200,00 ¹¹	-	-	-
	Internacional	Grátis	-	-	-

Transacção /Serviços	Comissões e Outros Encargos	Preço em Meticals ¹			
		Balcão	BCI Directo		
			ATM	Banking Telephone	Mobile
Emiss. de Cheq. Anual	Cheque Anual	204,50	-	-	-
	Módulo de 05 Cheques	75,94	-	53,50	-
Fornecimento de Cheques Normais	Módulo de 20 Cheques	254,60	-	193,60	-
	Módulo de 41 Cheques	522,34	-	306,10	-
	Módulo de 80 Cheques	1.019,20	-	652,00	-
	Módulo de 20 Cheques c/ autocopiativo	377,20	-	214,00	-
	Módulo de 41 Cheques c/ autocopiativo	773,26	-	346,90	-
	Módulo de 80 Cheques c/ autocopiativo	1.508,80	-	672,40	-
	Cancelamento de Cheques Normais	Grátis	-	-	-
	Cancelamento de Cheques Normais	Grátis	-	-	-
Fornecimento de Cheques Cruzados	Módulo de 5 Cheques Cruzados	57,58	-	44,32	-
	Módulo de 20 Cheques Cruzados	193,60	-	147,70	-
	Módulo de 41 Cheques Cruzados	396,88	-	272,44	-
	Módulo de 80 Cheques Cruzados	774,40	-	590,80	-
	Módulo de 20 Cheques Cruzados c/ autocopiativo	322,12	-	235,42	-
	Módulo de 41 Cheques Cruzados c/ autocopiativo	660,04	-	297,94	-
	Módulo de 80 Cheques Cruzados c/ autocopiativo	1.278,48	-	611,20	-
	Cancelamento de Cheques Cruzados	Grátis	-	-	-
Serviço de emissão de cheques	Emissão de Cheque Visado	306,00	-	-	-
	Emissão de Cheque Bancário	0,51% (mínimo: 189,20)	-	-	-
	Anulação de Cheque Visado	229,50	-	-	-
Devolução de cheques	Anulação de Cheque Bancário	204,00	-	-	-
	Cheques sacados sobre o BCI				
	- Por falta de provisão	1.785,00	-	-	-
- Por motivos técnicos para procedimentos associados ao sistema bancário	357,00	-	-	-	
Cheques sacados sobre outros Bancos	102,00 ¹¹	-	-	-	
Oper. com o Estrangeiro	Por crédito em conta (Clientes do BCI)	20,40 USD ¹²	-	-	-
	Despesas de Emissão	30,60 USD	-	-	-
	Devolução de valores recebidos				
	- Comissão	25,50 USD ¹³	-	-	-
	- Comunicações (SWIFT)	30,60 USD	-	-	-
	Transferências para OIC (por instrução do ordenador a pedido do beneficiário)				
	- Comissão	0,25% (mín. 30,60 USD) máx. 306,00 USD	-	-	-
	- Expediente	30,60 USD	-	-	-
	- Pedido de Devolução/Alteração	25,50 USD	-	-	-
	- Comunicações (SWIFT)	30,60 USD	-	-	-
Pagamento à boca de caixa (Não Clientes)					
- Moeda Nacional - Comissão	0,5% (mín. 51,0 USD)	-	-	-	
- Moeda Estrangeira - Comissão	0,7% (mín. 51,0 USD)	-	-	-	
- Custo importação moeda (USD, EUR)	1,70% (Mín. 6,12 USD)	-	-	-	
- Expediente	30,6 USD	-	-	-	
- Pedido de Devolução/Alteração	30,6 USD	-	-	-	
Transferências Telegráficas/Swift recebidas pelo banco	Comissão				
	Emissão	0,05% (mín. 20,40 USD) máx. 204,00 USD	-	-	-
	Anulação / Cancelamento / Devolução	30,60 USD	-	-	-
	Alteração / Estabelecimento	25,50 USD	-	-	-
	Expediente	20,40 USD	-	-	-
	Comunicações (SWIFT)	30,60 USD	-	-	-
	Despesas de Correspondente	A cargo do cliente	-	-	-
	Taxas adicionais para transferências com data Valor diferente da forma (D + 2)				
	- Data valor D	0,30% + TR*2000(2% mín. 30,60 USD)	-	-	-
	- Data valor D+1	0,50% + TR*1000(2% mín. 30,60 USD)	-	-	-

Data da última actualização: 22 de Maio de 2013

- Notas:**
- Os preços apresentados são expressos em meticals, excepto quando indicada outra moeda. Os preços incluem o imposto do Selo. Aos preços definidos em percentagem sobre a comissão, deve-se acrescentar o imposto do Selo de 2% do valor da comissão.
 - São consideradas contas inactivas as contas sem movimentos durante 6 meses, cujo saldo seja inferior a 100,00MT.
 - É grátis o 1º pedido do dia.
 - É grátis o extracto mensal solicitado no mês a seguir ao do período do extracto.
 - Grátis na Conta Especial em Moeda Estrangeira, desde que o levantamento seja efectuado na mesma praça do domicílio da Conta.
 - Disponível apenas para Bancos da rede Ponto 24.
 - Esta comissão passa a aplicar-se a todos os cartões, à excepção dos seguintes: Cartão Pronto a Usar, Cartão Salário, Cartão BCI Universitário e "Tá-se".
 - A subscrição do Cartão implica o pagamento da Despesa pela Emissão de um novo cartão.
 - No Cartão BCI Negócios a comissão por Cash Advance é 2,75% mín 122,40.
 - O serviço é válido por um período igual ao da validade do cartão associado.
 - A primeira devolução por cheque é grátis.
 - Para transferências de valores >USD 50,00, aplica-se uma comissão de 10% com um mínimo de USD 3,00.
 - Na devolução de valores <USD 100 aplica-se a comissão de USD 10,2 e USD 15,3 de SWIFT. Na devolução de valores <USD 50 aplica-se a comissão de USD 5,1 e USD 5,1 de SWIFT.
 - TR: Taxa de Referência da moeda associada (Jibar Overnight para ZAR; Libor Overnight para USD e Euribor Overnight para EUR).

Sun International proporciona intercâmbio cultural na Swazilândia

Por Nélia Jamaldine

Fundado em 1979, Sun International é um grupo hoteleiro de origem sul-africana que se tornou numa marca de lazer bem sucedida, ostentando hotéis, resorts e casinos da marca e oferecendo entretenimento para quem deseja novos destinos para férias com experiências culturais diversificadas.

Está presente em oito países, nomeadamente Botswana, Chile, Lesotho, Namíbia, Nigéria, Swazilândia, África do Sul e Zâmbia. Em cada uma destas estâncias hoteleiras, o Sun International oferece serviços culturalmente diversificados, com destaque para mercados de artesanato, espaços para caminhadas, rafting e práticas de jogo. A combinação do serviço ao cliente com uma experiência profissional prestigiada torna realidade o sonho e desejo de passar férias num paraíso.

“O objectivo do Sun International é satisfazer os seus clientes, mas também investe em iniciativas sociais para retribuir às comunidades o apoio cultural e social recebido das mesmas”, assinala Bonakele Mashazi, assistente da gerência do mercado do grupo.

No Reino da Swazilândia, onde o SAVANA EVENTOS esteve na



Swazis vestem a sua cultura

semana passada, o Sun International tem um grande empreendimento hoteleiro, o Royal Swazi Spa, localizado no vale do Ezulwini. Construído em 1965, o empreendimento turístico integra dois hotéis, nomeadamente o Royal Swazi Hotel e o Lugogo Sun. Os dois hotéis separam-se a escasos minutos de autocarro e cada um tem capacidade para 200 quartos,

para além de espaços especiais para diferentes eventos, como conferências, casamentos, banquetes e campeonatos internacionais de golfe.

A executiva de vendas do Royal Swazi Spa, Siphesihle Mkhonta, fez notar que o empreendimento tem uma localização privilegiada e a meio de tanta sofisticação ainda reserva um espaço de identificação cultural da Swazilândia. No seu

interior, os visitantes podem frequentar o Boma, um espaço com uma decoração tipicamente Swazi com capacidade para 180 pessoas e destinado a eventos culturais.

Para quem sai do Boma de autocarro chega a Vila Cultural Mantega dentro de 10 minutos. Mantega é um mini-complexo de 16 cabanas, cada uma com seu propósito específico, representando um museu tradicional da vida Swazi do século XIX. Os materiais de construção são constituídos por pólos, capim, juncos, tiras de couro, terra seca e esterco de vaca. O objectivo da Aldeia Cultural Mantega é permitir que os swazis de todos os cantos do Reino mantenham um interesse positivo pelo seu património

e sua herança cultural, incluindo a língua, os hábitos e costumes, as práticas rituais, a dança, a música, as artes e ofícios. Na Mantega, os swazis conhecem e compreendem a sua cultura, e aprendem a reforçar a consciência da identidade nacional, solidariedade e tolerância social.

De referir que o Royal Swazi Spa inclui no seu roteiro de passeio turístico, que proporciona aos seus hóspedes uma visita ao espaço do Festival Bushfire, uma mistura cultural de música ao vivo, teatro, poesia, cinema, circo, dança e artes visuais. O festival realiza-se no meio de um canavial, onde foi erguido um palco musical e espaços para exposição cultural.

IPEME e ADE assinam protocolo de entendimento

Redacção

Foi assinado recentemente um acordo de parceria entre o IPEME - Intuição para Promoção de Pequenas e Médias Empresas e a ADE - Agência de Desenvolvimento e Empreendedorismo, que pretende contribuir para o aumento da promoção e orientação empresarial dos jovens e das comunidades. O mesmo foi assinado no âmbito da realização da primeira mesa redonda com os parceiros de cooperação, com o lema: “Congregar Esforços e Sinergias em Prol do Empreendedorismo e Advocacia de Políticas”.

O acordo tem como objectivo estabelecer os termos e condições relativas à identificação conjunta de sinergias interinstitucionais em áreas de interesse e benefícios definidos como prioritários, para promover a realização de acções a nível nacional, visando:

1. Assistência empresarial, empreendedorismo e capacitação profissional de jovens e das comunidades nos distritos;
2. Apoio na criação de pequenas empresas, unidades produtivas e incubadoras, gestão de negócios;
3. Incubação de negócios inovadores e inclusivos;

4. Informação empresarial e produtos;
5. Realização de eventos conjuntos sobre o empreendedorismo;
6. Visita de estudos, dentro e fora do país na mobilização e atractividade de investimentos TIC;

À mesa redonda foram debatidos temas-chaves relacionados com a transversalidade do Empreendedorismo, Empregabilidade Juvenil e Advocacia de Políticas. Cerca de 50 participantes, entre instituições públicas multissetoriais, sector privado, agências de cooperação, instituições bancárias, Agências do Sistema das Nações Unidas, associações socioprofissionais, ONG's, académicos e pesquisadores, foram convidados a participar desta mesa redonda, que através de um diálogo interactivo puderam focar atenção em questões que afligem de certa forma a camada jovem, nomeadamente o desemprego juvenil, a falta de oportunidades e acesso ao financiamento, formação profissional e, por outro lado, estimular e motivar a atractividade do interesse desta camada em contribuir para o desenvolvimento da política agrícola, bem como sensibilizar diferentes actores quanto ao contributo potencial dos jovens para a agricultura, a economia e a redução da pobreza.

DICAS AMBIENTAIS

Você sabia que se tem roupas, livros, brinquedos e outros bens que já não usa mas ainda estão em bom estado que podem ser reutilizados?

Basta doar à sua igreja, paróquia, centros de caridade ou orfanatos!

CENTRO TERRA VIVA
Estudos e Advocacia Ambiental



IPEME e ADE juntos pelo empreendedorismo juvenil